



**IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**TÁSSIO RICARDO DE OLIVEIRA CARLOS**

**A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**MOSSORÓ-RN**

**2024**

TÁSSIO RICARDO DE OLIVEIRA CARLOS

**A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

**Linha de pesquisa:** Inclusão Educacional na Educação Básica

**Orientadora:** Profa. Dra. Sawana Araújo Lopes de Souza

MOSSORÓ-RN

2024

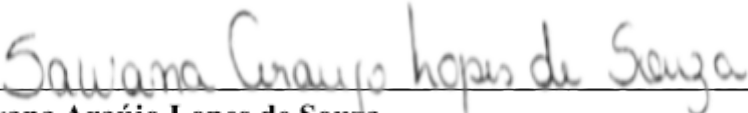


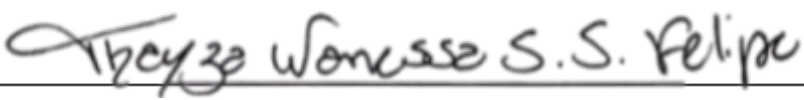
**A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

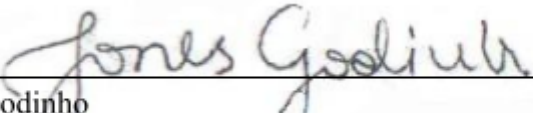
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 19/04/2024

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
**Sawana Araújo Lopes de Souza**  
(Orientadora/PPGED/ENBER)

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Thayza Wanessa Silva  
Souza Felipe  
(Membro-interno/PPGED/ENBE)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jones Godinho  
(Membro-externo/Programa/Instituição)

## RESUMO

Na contemporaneidade, a inclusão educacional de crianças com necessidades especiais na Educação Básica representa um tema de relevância e complexidade, demandando uma análise aprofundada de suas diversas dimensões e desafios. Nessa direção, a pesquisa busca responder a seguinte indagação: Quais as Políticas Públicas adotadas pelo estado do Rio Grande do Norte (RN) para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular da Educação Infantil? Esse estudo tem como objetivo geral analisar as Políticas Públicas voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Especial adotadas pelo estado do Rio Grande do Norte-RN. Dentre os objetivos específicos: a) Verificar, a partir da análise de dispositivos legais, o que as Políticas Públicas garantem para a Educação Especial na inclusão dos alunos com deficiência; b) Descrever quais as principais Políticas Públicas educacionais voltadas para público-alvo da Educação Especial adotadas pelo Estado Rio Grande do Norte-RN; c) Identificar por meio da literatura quais as estratégias para promover a inclusão dos alunos na Educação Básica Inclusiva. Quanto ao campo metodológico trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica de caráter exploratório, que se concentra em estudos que adotam abordagens críticas e teóricas, bem como aqueles que discutem aspectos normativos relacionados à inclusão. A revisão da literatura busca oferecer uma análise abrangente das principais perspectivas, desafios e regulamentações que moldam a inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Básica. Como resultado, a pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda e para o debate sobre essa questão fundamental no campo da Educação Inclusiva. Em suma, a pesquisa destacou a importância da articulação entre diferentes atores envolvidos no processo educacional, incluindo famílias, escolas, profissionais da saúde e comunidade. A colaboração eficaz é essencial para garantir que as Políticas Públicas se traduzam em práticas inclusivas bem-sucedidas. Os resultados do trabalho revelaram a significativa relevância dos instrumentos legais e das perspectivas teóricas na orientação das práticas educacionais inclusivas, tanto em âmbito nacional quanto no contexto específico do estado do Rio Grande do Norte (RN). A análise minuciosa desses elementos proporcionou uma compreensão mais profunda das políticas, diretrizes e necessidades relacionadas à Educação Especial, oferecendo dados para o desenvolvimento e aprimoramento de estratégias de inclusão mais eficazes.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional. Educação Básica. Crianças com necessidades especiais.

## ABSTRACT

In contemporary times, the educational inclusion of children with special needs in Basic Education represents a topic of relevance and complexity, demanding an in-depth analysis of its various dimensions and challenges. In this direction, the research seeks to answer the following question: What are the Public Policies adopted by the state of Rio Grande do Norte (RN) for the inclusion of people with disabilities in regular early Childhood Education? This study has the general objective of analyzing Public Policies aimed at inclusion of students with disabilities in Special Education adopted by the state of Rio Grande do Norte-RN. Among the specific objectives: a) Verify, through the analysis of legal provisions, what Public Policies guarantee for Special Education in the inclusion of students with disabilities; b) Describe the main Public Educational Policies aimed at the target audience of Special Education adopted by the State of Rio Grande do Norte-RN; c) Identify through literature which strategies are used to promote the inclusion of students in Inclusive Basic Education. Regarding the methodological field, this is an exploratory documentary research and bibliographical research, which focuses on studies that adopt critical and theoretical approaches, as well as those that discuss normative aspects related to inclusion. The literature review seeks to provide a comprehensive analysis of the main perspectives, challenges and regulations that shape the inclusion of children with special needs in Basic Education. As a result, the research contributes to a deeper understanding and debate about this fundamental issue in the field of Inclusive Education. In short, the research highlighted the importance of coordination between different actors involved in the educational process, including families, schools, health professionals and the community. Effective collaboration is essential to ensure that Public Policies translate into successful inclusive practices. The results of the work revealed the significant relevance of legal instruments and theoretical perspectives in guiding inclusive educational practices, both nationally and in the specific context of the state of Rio Grande do Norte (RN). The thorough analysis of these elements provided a deeper understanding of policies, guidelines and needs related to Special Education, offering data for the development and improvement of more effective inclusion strategies.

**Keywords:** Educational Inclusion. Basic Education. Children with special needs.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MEC** – Ministério da Educação

**NEE** – Necessidades Educativas Especiais

**PCNs** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PROUNI** – Programa Universidade para Todos

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	10
<b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: CONCEITOS E CONTEXTOS</b>	12
2.1 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	13
2.1.1 Deficiência	13
2.1.2 Deficiência Intelectual	14
2.2 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	15
2.3 CONCEITOS SOBRE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	17
2.3.1 Educação Inclusiva	17
2.4 AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	19
2.5 CONCEITUANDO INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS	23
2.6 EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO DA DIVERSIDADE	25
2.7 INTEGRAÇÕES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	31
<b>3 COMPLEXIDADES E AVANÇOS NO CAMPO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL</b>	34
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	58
<b>REFERÊNCIAS</b>	61

## INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva, enquanto paradigma educacional, emerge como resposta à crescente demanda por equidade no sistema educacional. Este conceito reconhece o direito fundamental de todos os indivíduos à educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Além de ultrapassar a integração física, a abordagem inclusiva visa adaptar as práticas pedagógicas, conforme destacado por Morgado (2019), para atender às diversas habilidades e necessidades dos alunos, promovendo, assim, uma inclusão social e acadêmica mais ampla.

A definição da Educação Inclusiva conforme apontado por Barbosa *et. al* (2021) é uma abordagem educacional que visa assegurar que todos os alunos tenham acesso, participem e aprendam, independentemente de suas particularidades, exigências, habilidades ou variações. O principal propósito é estabelecer um ambiente educativo que acolha a diversidade e estimule a equidade de oportunidades para todos.

A Educação Inclusiva representa um marco significativo na promoção da equidade educacional, desafiando paradigmas estabelecidos e cultivando ambientes escolares que são acolhedores e receptivos à diversidade. Segundo Ferreira e Guimarães (2018), os educadores atuam na implementação de práticas que não apenas reconhecem, mas também valorizam e celebram a diversidade, facilitando a participação ativa e efetiva de todos os estudantes no processo educacional. Essa abordagem, portanto, visa criar uma base para um desenvolvimento educacional integral e igualitário.

A inclusão de alunos com deficiência no setor educacional vem de uma luta histórica consolidada com movimentos globais, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, a declaração de Salamanca em 1994 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008.

De acordo com a Declaração de Salamanca de 1994, 200 milhões de crianças no mundo não têm acesso à educação e muitas dessas crianças têm algum tipo de deficiência (Salamanca, 1994). Segundo o censo de 2023 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18,6 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência; destas, mais da metade são mulheres, com 10,7 milhões, o que representa 10% da população feminina com deficiência no país. O Nordeste foi a região com o maior percentual de população com deficiência registrada na pesquisa, com 5,8 milhões, o equivalente a 10,3% do total. Na região

Sul, o percentual foi de 8,8%. No Centro-Oeste, 8,6%, e, no Norte, 8,4%. A região Sudeste foi a que teve o menor percentual, com 8,2% (IBGE, 2023).

Mediante a análise destas questões podemos entender como essas crianças são inseridas no meio educacional e descrever como são utilizadas as metodologias dentro de sala de aula. A inclusão de crianças com deficiência se tornou o centro das discussões no âmbito escolar, visto que, nem todas as pessoas envolvidas com a educação infantil estão preparadas para fazer a inclusão propriamente dita.

A escolha desse tema justifica-se pela atualidade e o interesse do desenvolvimento educacional das crianças na escola levando em consideração a diversidade e a construção de uma sociedade inclusiva.

Considerando a complexidade e relevância do tema em questão, é possível formular a hipótese de que a falta de preparo e capacitação dos profissionais da Educação Infantil pode ser um fator determinante para a não efetivação adequada da inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar. A ausência de uma formação específica nesse contexto pode ter contribuído para a dificuldade no desenvolvimento e implementação de metodologias inclusivas dentro da sala de aula, impactando diretamente na maneira como essas crianças são inseridas no meio educacional. Nesse contexto, a hipótese sugere que a carência de habilidades e conhecimentos necessários para lidar com a diversidade presente na sala de aula pode ter implicado em práticas pedagógicas menos inclusivas e, conseqüentemente, afetado o pleno desenvolvimento educacional dessas crianças.

A pesquisa busca responder a seguinte indagação: Quais as Políticas Públicas adotadas pelo estado do Rio Grande do Norte-RN para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular da Educação Infantil?

A Educação Inclusiva pode ser definida como um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. No tocante à esfera social, a Educação Inclusiva pode ser definida como uma abordagem democrática e humana que coloca o sujeito e suas particularidades em foco tendo como objetivo o seu crescimento e a saudável inserção destes na sociedade. A questão que envolve a Educação Inclusiva demonstra uma evolução cultural de pensamento e atitudes; ela deve estar atenta à diversidade e às particularidades do indivíduo que é uma característica própria do ser humano.

Nota-se que o processo de inclusão envolve muitas variáveis. De início é necessário que haja mudanças de conceitos, pensamentos e atitudes. Em seguida, que as escolas e a sociedade tratem a questão da inclusão com seriedade, responsabilidade e que a família colabore ao máximo para proporcionar segurança, amor e respeito à pessoa com deficiência.

A educação inclusiva será no futuro, sinônimo de sociedade inclusiva.

Este tema foi pensado por se tratar de algo que é comum na sociedade, sendo esses alunos, em muitos casos, não incluídos nos processos de interação escolar. Dessa forma, socialmente, buscamos trazer mais uma contribuição para os estudos nessa área de inclusão, mostrando, principalmente, como isso acontece em escolas públicas do interior do Rio Grande do Norte.

Outra justificativa para a escolha dessa temática, é que o pesquisador em questão já vinha trabalhando essa temática em suas produções acadêmicas, principalmente em artigos de especialização, sendo o projeto de mestrado uma continuação desses estudos, mas de forma mais abrangente. Destaca-se ainda que o pesquisador vivenciou a prática da Educação Inclusiva enquanto atuou na coordenação de uma escola municipal.

Quanto às contribuições para o Programa de Pós-Graduação, vemos que se trata de mais um trabalho que servirá de subsídio para outros estudos na área de inclusão de alunos com deficiência, pois, por meio dele, escolas e professores poderão basear-se legalmente no que pode ser feito para incluir esses alunos em todas as atividades escolares e não escolares.

Esse estudo tem como **objetivo geral** analisar as Políticas Públicas voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Especial adotadas pelo estado do Rio Grande do Norte-RN. Dentre os **objetivos específicos**: a) Verificar, a partir da análise de dispositivos legais, o que as Políticas Públicas garantem para a Educação Especial na inclusão dos alunos com deficiência; b) Descrever quais as principais Políticas Públicas educacionais voltadas para público-alvo da Educação Especial adotados pelo Estado Rio Grande do Norte-RN; c) Identificar por meio da literatura, quais as estratégias para promover a inclusão dos alunos na Educação Básica Inclusiva.

Nessa direção, é necessário destacar que o conceito de inclusão ainda está evoluindo; entretanto, neste momento, o termo pode ser muito útil como agente de mudança conceitual, indicando que o fato de as crianças com deficiência estarem nas escolas regulares não é suficiente, pois a inclusão implica, a sua participação em toda a vida escolar e social da criança. Isso significa que as comunidades e as instituições de ensino devem estar preparadas para acolher e educar a todos, e não apenas aos considerados “educáveis”. Por isso, a inclusão pressupõe que a convivência e a aprendizagem em grupo são a melhor forma de beneficiar a todos e não apenas às crianças consideradas como diferentes.

A inclusão visa assegurar que todos os habitantes de um país desfrutem de uma vida com qualidade, acessando o espaço de oportunidades de maneira equitativa (Aranha, 2006). O problema surge quando se menciona o termo "educação inclusiva".

Nessa perspectiva, a Educação Geral e a Educação Especial não devem ser consideradas realidades separadas, mas, ao contrário, devem ser unificadas e gerar um trabalho colaborativo para alcançar os princípios da educação para todos os meninos e meninas. Atender à diversidade por meio de um conjunto de recursos humanos e materiais, acomodando pedagogicamente as necessidades educacionais apresentadas pelos alunos do ensino regular.

De acordo com essas abordagens e considerando que a educação é um direito de todo menino, menina ou jovem para o seu desenvolvimento e o de uma sociedade mais igualitária, se faz necessário investigar a aplicação desses princípios nas salas de aula, e assim favorecer melhorias e propostas que proporcionem aos alunos uma educação mais justa e equitativa, em que se promova uma educação mais inclusiva como princípio norteador. Assim, então, a escola se constitui como um espaço de inclusão social, onde diferentes pessoas interagem e compartilham, aprendendo juntos a respeitar e valorizar a diversidade, bem como as características individuais, sociais e culturais.

Portanto, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos das unidades escolares não dependem apenas das necessidades educacionais próprias e individuais, mas também das realidades que surgem no cotidiano de cada escola, relacionadas à organização escolar, às estratégias de aprendizagem, aos esforços e objetivos dos professores, as interações entre a família, os interesses dos meninos e meninas em seus próprios processos educativos, bem como a forma e a condição de abordar e viver os processos de ensino e aprendizagem em comunidade.

Por isso, o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva implica modificações no próprio sistema educacional, que dão lugar ao surgimento de Políticas Públicas em torno dessa questão, dando às escolas, as diretrizes teórico-práticas, por meio de estratégias e ferramentas que preparem as comunidades educativas para o desenvolvimento intercultural, o pensamento, e a realização de práticas pedagógicas estratégicas para responder aos novos desafios da educação inclusiva.

Nos capítulos iniciais, delinea-se o campo metodológico da pesquisa, seguido pelo segundo capítulo em que são abordadas as nuances da deficiência e dificuldades de aprendizagem, juntamente com conceitos fundamentais sobre Educação Inclusiva e Políticas Públicas. O estudo avança no terceiro capítulo sobre a construção do conceito de inclusão educacional, destacando a evolução do paradigma educacional em direção à promoção da diversidade, e Políticas Públicas, além de relatar o contexto sobre a integração dos alunos com deficiência, revelando desafios e estratégias da educação inclusiva. O quarto capítulo foca em

realizar uma análise e promover uma discussão dos autores que corroboram com a pesquisa.

## 1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O estudo realizado consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório, tendo abordagem qualitativa. Tem caráter exploratório, pois proporciona mais estudos sobre o determinado problema, tornando-os explícitos e construindo hipóteses. Institui uma finalidade de desenvolver investigações ou definir problemas, tendo em vista estabelecer proposições, acrescentando uma maior intimidade do pesquisador com o objeto de estudo, acontecimento ou por algum feito, converter ideias e explanar dúvidas. “A pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta pela não utilização de instrumentos estatísticos na análise de dados” (Vieira; Zouain, 2006).

O estudo em questão se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica que investiga a inclusão educacional de crianças com necessidades especiais no contexto da Educação Básica. A revisão de literatura visa fornecer uma análise abrangente das principais abordagens, desafios e regulamentações que moldam a inclusão educacional de crianças com necessidades especiais, contribuindo para o entendimento e o debate sobre essa questão na área da educação.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica:

É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002, p. 44).

Destaca-se que os estudos selecionados para análise foram aqueles que apresentaram uma perspectiva crítica e teórica, bem como os que exploram os aspectos normativos relacionados ao tema da inclusão na Educação Básica.

A pesquisa documental é uma abordagem metodológica essencial no campo acadêmico, proporcionando uma análise crítica e aprofundada de fontes documentais variadas. Esse método envolve coleta, seleção e interpretação de documentos, sejam eles escritos, visuais ou eletrônicos, como forma de compreender fenômenos sociais, históricos ou culturais. No contexto da pesquisa documental, a utilização de fontes primárias, como registros oficiais, cartas, diários e fotografias, permite aos pesquisadores acessarem informações diretamente vinculadas aos eventos ou períodos estudados, enriquecendo a análise (Silva; Almeida; Guindani, 2009).

A pesquisa documental pode ser complementada por fontes secundárias, como análises acadêmicas e revisões bibliográficas para proporcionar uma visão mais abrangente e contextualizada do tema em estudo. No entanto, é necessário exercer uma análise crítica durante todo o processo, considerando o contexto de produção dos documentos, possíveis vieses e a autenticidade das fontes.

A pesquisa documental, ao oferecer uma base de informações, é uma ferramenta para investigar e compreender eventos passados, fenômenos culturais e contextos sociais, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento acadêmico (Luvezute; Scheller; Lara, 2015). Assim, o contato com artigos publicados em revistas de caráter científico sobre o assunto na área e autores que abordam o tema escolhido neste trabalho, fornecerá embasamento para a reflexão acadêmica.

Quanto aos objetivos, será utilizado o método descritivo. A pesquisa descritiva busca do pesquisador vários dados sobre o que ser escrito. De acordo com Rudio (2000), esta pesquisa é do tipo descritivo, pois procurou compreender e explicar a realidade, observando e descobrindo os acontecimentos, procurando relatá-los, classificá-los e explicá-los.

Flick (2009) afirma que a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo entendimento, a descrição e a explicação dos fenômenos sociais de diferentes formas, através de análise de experiências grupais ou individuais. “As técnicas qualitativas focam a experiência das pessoas e seu respectivo significado em relação a eventos, processos e estruturas inseridos em cenários sociais” (Skinner; Tagg; Holloway, 2000, p. 167).

Os dados utilizados neste trabalho foram coletados em periódicos nacionais, considerando o recorte temporal de 2018 a 2023 devido aos materiais de referências clássicas considerados importantes para a temática, tendo como base as Políticas de Inclusão em Educação Especial que foram implementadas no país por meio de Portarias, Resoluções, Leis e Decretos que tratam da temática do Atendimento Educacional Especializado para pessoas com necessidades educacionais especiais (Rosa, 2020)

Para tal revisão, foram utilizados 98 artigos de revistas e jornais científicos, publicados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *British Medical Journal* (BMJ), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Web of Science*, Periódicos CAPES e LILACS, utilizando o operador booleano *AND* que destaca apenas artigos que contenham todas as palavras-chave digitadas, restringindo a amplitude da pesquisa aos seguintes descritores: Inclusão, Educação Básica, Necessidades Básicas. Estes foram escolhidos por serem os bancos de dados que mais contemplam artigos científicos e por ter fácil domínio pelo pesquisador.

Para a inclusão dos artigos científicos na presente pesquisa, foram utilizados os seguintes critérios: artigos publicados em periódicos, revistas científicas e bancos de dados que fundamentassem a presente temática abordada; artigos completos e gratuitos, que se encontravam disponíveis em língua portuguesa, de acordo com os descritores estabelecidos.

Foram excluídos da pesquisa, os artigos que se encontravam incompletos ou que as informações divergiam dos objetivos aqui apresentados; artigos que estavam fora do período estipulado; bem como os que não estavam disponíveis em bancos de dados gratuitos, aqueles com fontes duvidosas e que não estavam nos idiomas determinados.

A análise dos dados obtidos foi realizada por meio de uma abordagem descritiva, fundamentada em uma pesquisa minuciosa e estudo aprofundado dos materiais coletados para a discussão, por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Conforme destacado por Alencar (2002), a aplicação do conceito de Análise de Conteúdo no contexto do paradigma interpretativo implica na definição dos elementos-chave, como ação, ator social, objetivos, meios, condições e situação, que também pode ser referida como ambiente ou contexto. Nesse sentido, a análise buscou identificar e destacar as conclusões que emergem dos dados, seguindo rigorosos princípios científicos, a fim de oferecer uma contribuição significativa para a pesquisa.

A partir dessa análise, foram discutidos os resultados, aprofundando-se na interpretação dos achados para compreender de maneira mais abrangente as implicações e informações extraídas dos dados coletados. A discussão dos resultados contribuirá para uma compreensão mais aprofundada do tema em questão, proporcionando dados importantes para a pesquisa e para a área em que ela está inserida.

Nessa direção, destaca-se que o próximo capítulo explorará as Políticas Públicas como uma ferramenta de inclusão na Educação Básica. Serão abordadas as potenciais Políticas Públicas para a educação especial na inclusão dos alunos com necessidades especiais: conceitos e contextos. A análise crítica dessas abordagens visa destacar como a integração das Políticas Públicas pode contribuir significativamente para uma prática inclusiva, alinhada aos princípios de equidade e acessibilidade na Educação Básica.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: CONCEITOS E CONTEXTOS**

O capítulo discute as Políticas Públicas voltadas para a Educação Especial, com foco na inclusão de alunos com necessidades especiais. Esta temática se mostra importante no

cenário educacional, demandando uma análise aprofundada dos conceitos e contextos que norteiam tais políticas. A abordagem contempla a compreensão das medidas governamentais destinadas a promover a inclusão efetiva desses alunos no ambiente escolar, considerando os desafios e avanços observados ao longo do tempo. O capítulo busca proporcionar uma visão abrangente sobre as diretrizes e estratégias adotadas pelo poder público para garantir uma educação inclusiva e equitativa, assegurando, assim, o pleno desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com necessidades especiais.

## 2.1 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

### 2.1.1 Deficiência

A deficiência vem do latim “*deficientia*”, o que significa que existem defeitos, imperfeições e coisas incompletas. É um termo usado para definir a ausência ou disfunção de estruturas mentais, fisiológicas ou anatômicas. Refere-se às limitações percebidas que restringem o exercício das atividades básicas da vida diária, sendo agravadas pelo contexto socioeconômico e ambiental. Essa definição reconhece a deficiência como uma condição. A incapacidade se refere à perda temporária ou permanente ou à anormalidade na estrutura psicológica, física ou anatômica, afetando a função, o que abrange anormalidades, defeitos ou a perda de membros, órgãos, tecidos ou qualquer outra parte do corpo, incluindo a função mental. Reflete a externalização de condições patológicas, muitas vezes decorrentes de doenças orgânicas e distúrbios orgânicos (Funayama, 2005).

A incapacidade é frequentemente uma resposta direta do indivíduo a deficiências mentais, físicas, sensoriais ou outras. Isso representa a objetificação da deficiência e reflete os desafios inerentes às atividades e comportamentos necessários para a vida diária. As desvantagens surgem quando um indivíduo sofre danos devido à incapacidade, o que restringe ou impede o desempenho de funções com base em fatores como idade, sexo, fatores sociais e culturais. É caracterizada pela disparidade entre a capacidade de um indivíduo e as expectativas impostas pelo próprio indivíduo ou por seu grupo social, representando, assim, a socialização da deficiência e suas implicações nas habilidades de sobrevivência (Gimeno, 2000).

A deficiência intelectual, marcada por limitações significativas no funcionamento intelectual e na capacidade adaptativa, é uma condição que impacta o processo educacional e social das pessoas afetadas. A compreensão das necessidades individuais, o estímulo ao potencial cognitivo e a promoção da interação social são aspectos para uma educação

inclusiva e equitativa. A superação de estigmas e a criação de ambientes escolares acolhedores são elementos essenciais para proporcionar uma experiência educacional enriquecedora a esses estudantes. O reconhecimento da diversidade de habilidades e o investimento em práticas pedagógicas flexíveis contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, na qual a deficiência intelectual não seja um obstáculo intransponível, mas sim uma característica a ser considerada no processo educativo e social.

### 2.1.2 Deficiência Intelectual

No contexto da discussão sobre a deficiência intelectual, um dos principais pontos de conflito é a determinação da terminologia adequada para classificá-la. Ao longo do tempo, essa condição foi designada por diversos termos, como retardo mental, incapacidade intelectual, entre outros (Herculano-Houzel, 2015). No entanto, o centro da controvérsia reside na distinção entre dois conceitos, Déficit Mental e Deficiência Intelectual (DI). Uma análise minuciosa do documento conhecido como a Declaração de Salamanca e das nomenclaturas adotadas por influentes associações, como a Associação Americana para Deficiências do Desenvolvimento Intelectual (AAIDD) e a Associação Americana para Displasia Intelectual, revela que a terminologia mais apropriada atualmente é “desabilitada” para abranger qualquer tipo de deficiência. No contexto específico de comprometimento cognitivo, o termo atualmente aceito é "deficiente mental" (Lima, 2017).

No entanto, vale ressaltar a evolução do conceito de DI, especialmente validado considerando os modelos AAIDD e CIF (Classificação Internacional de Funções, Incapacidade e Saúde), que permitem que pessoas com essa capacidade diagnóstica sejam consideradas pessoas com as seguintes características: Forma de pensar única e dinâmica, com possibilidade de desenvolvimento contínuo; sob as condições específicas dadas por seu diagnóstico, deve ser levado ao nível mais alto possível de progresso no contexto da interação (Lucci, 2006).

A deficiência intelectual é uma das deficiências mais comuns em crianças e adolescentes, afetando 1% da população, é caracterizada por um declínio no desenvolvimento cognitivo, ou seja, um declínio no QI, que geralmente é menor do que a idade esperada de crianças ou adultos em ordem de idade, o que geralmente leva a um desenvolvimento mais lento da fala, desenvolvimento neuropsiquiátrico e outras habilidades (Maluf, 2005).

## 2.2 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Os primeiros vestígios de estudo das dificuldades de aprendizagem remontam ao século XVIII, quando Ponce de León, na Espanha, concebeu os primeiros esforços para o ensino de surdos, desenvolveu um método que envolvia a digitação e a ortografia de palavras por meio das mãos, uma forma de comunicação utilizada, inclusive, com sua esposa (Fonseca, 2014).

Posteriormente, Pestalozzi, Itard e Séguin conduziram experimentos voltados para crianças com deficiência intelectual ou limitações cognitivas, contribuindo para o entendimento das dificuldades de aprendizagem. No entanto, foi apenas em 1913 que Montessori identificou a utilidade das ferramentas pedagógicas anteriormente empregadas com crianças com deficiência, percebendo que poderiam ser adaptadas para auxiliar o aprendizado, a leitura, a escrita e o cálculo em crianças consideradas normais (Strick, 2001).

À medida que o final do século XIX e o início do século XX se aproximavam, surgiram crescentes preocupações em relação ao número crescente de crianças com dificuldades de aprendizagem nas escolas. Professores, psicólogos, médicos e famílias passaram a dar maior atenção a essa questão. O ambiente escolar desempenhou um papel fundamental nesse cenário, uma vez que a sala de aula passou a ser considerado o local onde o aprendizado é fomentado por meio de abordagens pedagógicas que estimulam o desenvolvimento cognitivo das crianças (Tabaquim, 2003).

Fatores relacionados ao ambiente de ensino, como instalações físicas adequadas, turmas com número reduzido de alunos, professores bem treinados e motivados, bem como métodos de ensino compatíveis com a realidade social dos estudantes, emergiram como elementos para mitigar as dificuldades de aprendizagem (Tiba, 2002).

Atualmente, a escola assume a responsabilidade pelo desenvolvimento integral dos alunos, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, morais e cognitivos, o que visa preparar os estudantes para compreender a diversidade cultural e se tornarem conscientes cidadãos capazes de ingressar no mercado de trabalho. A escola atua na formação de indivíduos que compreendem aspectos culturais, cognitivos, emocionais, sociais e históricos, capacitando-os a interagir e conviver harmoniosamente em sociedade (De Souza, 2019).

A família também exerce uma influência significativa no desenvolvimento da aprendizagem. Os pais atuam ao contribuir para o desenvolvimento dos alunos, uma vez que sua participação é fundamental na formação e no bom desempenho acadêmico. Essa

colaboração visa estabelecer laços emocionais e harmonizar o sistema cognitivo de formação do conhecimento, sustentando as atuais propostas educacionais que envolvem as famílias no contexto escolar (Tabaquim, 2003).

As dificuldades de aprendizagem podem derivar de múltiplos fatores, incluindo desafios emocionais, como baixa motivação e autoestima, bem como questões sociais, como problemas familiares e dificuldades de relacionamento interpessoal. Aspectos cognitivos podem contribuir para as dificuldades de aprendizagem, podendo se enquadrar em categorias como dislexia, dificuldades na escrita, dificuldades em cálculos, entre outras, conforme descritas na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde-10 (CID-10) e no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders-IV* ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-IV (DSM-IV) (De Souza, 2019).

Destaca-se que a Constituição Federal (CF) de 1988 prevê a Educação Inclusiva, em seu artigo 205, determinando que a educação é estabelecida como o direito de todas as pessoas e uma obrigação do Estado e da família. O objetivo é o desenvolvimento integral de uma pessoa e a preparação para sua cidadania e qualificações profissionais; o artigo 5º das Diretrizes Nacionais de Educação e a Legislação Básica, no artigo 59º, preveem o fornecimento de cotas justas e qualitativas ao sistema educacional (De Souza, 2019).

Várias leis federais, estaduais e municipais foram promulgadas para implementar os compromissos da Declaração de Salamanca, que estipula que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, mentais e de linguagem, devam frequentar as aulas. Apoiadas pela Lei da Deficiência, as Diretrizes da Educação e a Legislação Básica estipulam que crianças com deficiência física e/ou deficiência intelectual devem ser incluídas nas escolas e professores assistentes especiais devem ser contratados para promover seu crescimento. As Diretrizes Nacionais de Educação e a Legislação Básica estabelecem as responsabilidades e os direitos de todos no processo educacional e propõe um conceito para escola inclusiva (Fonseca, 2014).

O conceito de escola inclusiva representa uma transformação fundamental na abordagem da escola comum, que se compromete a incorporar em seu projeto pedagógico, ações voltadas para promover a interação social e a adoção de práticas pedagógicas heterogêneas. Nesse contexto, a escola assume a responsabilidade de preparar e capacitar seus professores, de modo a garantir a oferta de uma educação de alta qualidade a todos os estudantes, incluindo aqueles que possuem necessidades especiais (Fonseca, 2014). Essa abordagem visa assegurar que a educação seja verdadeiramente inclusiva, promovendo a

participação plena e igualdade de oportunidades para todos os alunos.

## 2.3 CONCEITOS SOBRE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

### 2.3.1 Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva está fundamentada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. Tendo como objetivo garantir que todos os alunos aprendam juntos no ensino regular, de modo a respeitar a diversidade, seja de raça, gênero, sexo, classe ou necessidades educacionais especiais (Brasil, 2008; Rosa, 2020).

No entanto, as redes de ensino não fornecem estrutura suficiente para que os professores possam fazer um bom trabalho nas escolas inclusivas. Uma escola é considerada inclusiva apenas se sua organização beneficiar cada aluno, independentemente de raça, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra circunstância.

Segundo Aranha (2006, p. 8) uma escola inclusiva conhece cada aluno, respeita e responde às suas potencialidades e necessidades e a qualidade do ensino. Para que uma escola seja inclusiva, ela deve ir além de práticas de ensino efetivas ou leis que garantam o acesso e uso permanente de todos, precisa reconhecer e respeitar a individualidade da disciplina.

Conforme afirma Mantoan *apud* Marques (1997, s/p) :

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos comecem a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular.

No estudo feito por Cidade e Freitas (2002, p. 32), destaca-se que a inclusão é “o processo social que modifica a sociedade e dá à pessoa com deficiências plenas condições de desenvolvimento e de exercer sua cidadania”. Essa definição ressalta a natureza dinâmica e abrangente da inclusão, destacando seu papel, não apenas como uma prática educacional, mas como um agente de mudança social. Ao enfatizar a capacidade de modificar a sociedade, o conceito proposto pelos autores transcende as fronteiras da educação, incorporando uma dimensão mais ampla que visa, não apenas a integração das pessoas com deficiência, mas a sua participação ativa na vida social e cívica. Essa perspectiva integral da inclusão reflete a

necessidade de um enfoque para alcançar uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Cidade e Freitas (2002) também apontam que essas mudanças não devem ocorrer apenas no ambiente físico, mas também devem ser assimiladas por todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência. É a presença dessas variações que valoriza as diferenças individuais, para que cada pessoa aprenda a conviver com a diversidade.

Segundo Oliveira (2020), uma escola é considerada inclusiva quando adota uma abordagem integrativa que beneficia todos os alunos, independentemente de suas características individuais, o que significa que a escola deve estar comprometida em fornecer um ambiente seguro, acolhedor e livre de discriminação, onde todos os estudantes se sintam valorizados e tenham igualdade de oportunidades.

Portanto, a inclusão está diretamente relacionada à postura do professor em sala de aula, pois uma pessoa pode ser explicitamente incluída ou excluída dependendo da abordagem que se faz do processo de ensino e da convivência social.

São vários os obstáculos encontrados durante o processo de inclusão, que podem ser destacados como: a falta de recursos materiais; turmas com grande número de alunos; desvalorização social da profissão, escassez de recursos humanos; baixos salários dos professores; pouco investimento na formação de professores; falta de trabalho conjunto da equipe educativa; falta de formação adequada do professor de apoio; e o apoio dos pais ou parentes, que devem aceitar a deficiência da criança e incentivá-la a viver em igualdade de condições.

Esses pontos decorrem da insegurança do sistema existente nas escolas públicas, o que muitas vezes leva os professores ao desânimo da profissão e os pais a temerem o sistema de inclusão, o que é consequência direta da eficácia do sistema. É então necessário reestruturar a escola transformando o seu sistema educativo garantido pelo Estado, fazendo com que as pessoas com deficiência deixem de se sentir excluídas e se sintam capazes como os demais.

No âmbito da educação, essa abordagem implica na necessidade de desenvolver um sistema educacional que esteja genuinamente empenhado em adquirir os recursos necessários, adaptar o ambiente escolar e proporcionar a formação adequada aos seus professores e demais profissionais, a fim de acolher de forma eficaz, os alunos com deficiência, respeitar suas singularidades e garantir a oferta de uma educação de alta qualidade com equidade, o que significa promover a igualdade de oportunidades, independentemente das diferenças individuais, e assegurar que todos os estudantes tenham acesso a um ambiente educacional inclusivo e acolhedor.

## 2.4 AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Em 1980, surgiram inquietações no cenário internacional para se alinhar o sistema escolar com as necessidades dos alunos. O objetivo foi proporcionar uma educação de qualidade e igualitária para todos, de forma que as diferenças individuais fossem aceitas como um atributo e não como um obstáculo, além de valorizar a diversidade. Esses pressupostos são encontrados em documentos como a Declaração de Salamanca, a carta do Terceiro Milênio, a convenção da Guatemala, a declaração das Pessoas Deficientes, a declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão e outros documentos que garantem a acessibilidade para pessoas com deficiência.

Segundo Carvalho (2020), a Política Educacional voltada para o desenvolvimento da vida humana é a realização da cultura, a compreensão crítica e o aproveitamento das potencialidades humanas, mas isso requer um posicionamento político do processo educativo. Assim, poderemos ver a possibilidade de reconstruir uma sociedade humana com baixa desigualdade, na qual os direitos tocam e permeiam todos os grupos e classes sociais.

A Declaração de Salamanca reconhece as necessidades educacionais especiais de todos os alunos, devendo ser garantidas no interior do sistema comum de ensino (Unesco, 1994). As Políticas Públicas destinadas aos alunos com deficiência passam a ter um enfoque direcionado à educação para todos, com uma proposta inclusiva. Neste ponto, vemos que reconhecer as necessidades especiais dos alunos e incluí-los em todas as atividades escolares é um direito e um dever de todos os professores. A escola, neste caso, tem um importante papel no que diz respeito à inclusão desses alunos, já que estes podem oferecer medidas que incluem esses alunos em todos os âmbitos.

Nesse ínterim, destaca-se que a Educação Infantil passou a ser analisada como um direito social relacionado à história da política brasileira, formado a partir das lutas dos movimentos sociais no final da década de 1980. A partir da Constituição Federal de 1988, garantiu a todas as crianças, o direito de ingressar nas creches e pré-escolas de suas comunidades. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, colocando-a como um instrumento para o desenvolvimento individual e social (Brasil, 1988). A partir disso, foram implementadas diversas leis e programas para orientar e regular a educação no Brasil (Tédde, 2012).

Assim, poderemos ver a possibilidade de reconstruir uma sociedade humana com baixa desigualdade, na qual os direitos tocam e permeiam todos os grupos e classes sociais,

por meio de um conjunto de diretrizes, leis, programas e ações governamentais que têm como objetivo promover a educação no país, tendo em vista que o sistema educacional brasileiro é baseado em princípios constitucionais que garantem o direito à educação para todos (Hostins; De Silva; Alves, 2016).

Assim, em 2011, o Governo Federal lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite (Decreto nº 7.612/2011), com o objetivo de garantir direitos e oportunidades a essas pessoas. O Plano trata de assuntos como acesso à Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde (Brasil, 2011).

Segundo Santos e Nunes (2020), as Políticas Públicas de Educação são instrumentos essenciais para a promoção de uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Essas Políticas Públicas estabelecem diretrizes, metas e ações a serem seguidas pelos governos, com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes no sistema educacional. Os autores mencionam exemplos de Políticas Públicas de Educação, que estão compiladas no Quadro 1:

**Quadro 1.** Características das Políticas Públicas na Educação

<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Universalização do Acesso</b>	Garantia de acesso à educação para todas as crianças e jovens, independentemente de variáveis socioeconômicas, de gênero, etnia ou local de residência. Medidas incluem a expansão de vagas nas escolas e a implementação de programas de bolsas ou incentivos financeiros.
<b>Educação Inclusiva</b>	Promoção da inclusão de estudantes com deficiência, necessidades educacionais especiais e diversas formas de diversidade. Busca assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais, com inclusão em salas de aula regulares sempre que possível.
<b>Qualidade do Ensino</b>	Enfoque na melhoria da qualidade do ensino por meio de programas de formação continuada de professores, desenvolvimento de currículos alinhados às demandas contemporâneas, promoção de práticas pedagógicas inovadoras e implementação de avaliações educacionais.
<b>Financiamento Educacional</b>	Políticas relacionadas ao financiamento da educação, visando garantir recursos adequados para o funcionamento das escolas, investimentos em infraestrutura, remuneração justa para profissionais da educação e acesso

---

	materiais e recursos pedagógicos de qualidade.
<b>Democratização da Gestão Escolar</b>	Iniciativas que envolvem a comunidade escolar, incluindo pais, estudantes e funcionários, na tomada de decisões e na gestão das escolas. Objetivo de fortalecer a participação democrática, promover a transparência e melhorar a qualidade da educação.
<b>Educação Profissional e Tecnológica</b>	Incentivo ao desenvolvimento de programas de educação profissional e tecnológica, visando preparar os estudantes para o mercado de trabalho e promover a inserção produtiva dos jovens na sociedade.

---

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, é um importante instrumento de política educacional que estabelece metas e estratégias para o setor educacional no país. O PNE define diretrizes para a educação em diferentes níveis, desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação, abordando aspectos como acesso, qualidade, formação de professores, inclusão e financiamento da educação (Oliveira, 2022).

Segundo Caldeira e Cavalari (2010), além do PNE, existem outros programas e ações governamentais que buscam promover a educação no Brasil, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa garantir a alimentação adequada dos estudantes, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que oferece cursos de formação profissional, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo em instituições privadas de Ensino Superior.

A Política Educacional Brasileira enfrenta muitos desafios, entre eles, destacam-se a desigualdade de acesso à educação, a qualidade do ensino, a formação e valorização dos professores, a infraestrutura das escolas, a evasão escolar e a falta de recursos financeiros. Esses desafios refletem as desigualdades sociais e regionais presentes no país (Bordin; Scheid, 2020).

A Política Educacional no Brasil é dinâmica e está sujeita a mudanças ao longo do tempo, de acordo com as demandas e as discussões da sociedade. O diálogo entre governo, educadores, pesquisadores, famílias e demais atores envolvidos na educação é fundamental para a construção de uma Política Educacional efetiva, que promova a igualdade de oportunidades e a qualidade da educação para todos os brasileiros (Bins *et al.*, 2013).

O objetivo geral dessas políticas é garantir o direito à educação e promover uma

sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida por meio do investimento na formação e no desenvolvimento de seus cidadãos. A equiparação de oportunidades deve ser vista também no campo educacional, já que esse ambiente deve ser favorável para crianças que possuem qualquer necessidade especial, mas que precisam estar incluídas nas mais variadas atividades (Brasil, 2011).

Inclusão educacional significa proporcionar oportunidades para que todas as crianças no mesmo ambiente escolar se desenvolvam intelectualmente, física e socialmente. No processo de integração, as diferenças não são consideradas problemas, mas baseadas na diversidade da realidade social, que pode expandir a visão de mundo e oferecer oportunidades sociais para todas as crianças (Mantovanini, 2001).

Com o estabelecimento de apoio jurídico, os operadores de Educação Especial se uniram aos pais, famílias e sociedade para buscar Educação Inclusiva para todos os alunos com necessidades educacionais especiais baseadas nas artes. O artigo 205 da CF declara que “a educação, os direitos de todas as pessoas e as obrigações do Estado e da família” (Brasil, 1988) visam o desenvolvimento geral das pessoas, seus preparativos para o exercício da cidadania e suas qualificações para o trabalho (Funayama, 2005).

Na Lei nº 13005/2014 “Plano Nacional de Educação – PNE”, a Meta 4 garante a educação universal para pessoas com deficiência de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos. As deficiências incluem deficiências globais de desenvolvimento e altas habilidades ou talentos, garante acesso à Educação Básica e assistência à Educação Profissional, preferencialmente no sistema escolar regular, e adota um sistema educacional inclusivo, salas de aula, classes, escolas ou serviços especializados com recursos multifuncionais, públicos ou segurados. Com base nos objetivos acima, cada estado, cidade e região federal formulou seus próprios objetivos e estratégias, para que todas as escolas do país proporcionem educação às pessoas com deficiência (Peruzzolo, 2015).

Em 2015, também foi sancionada a Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015 (Lei de Inclusão de Pessoas com Deficiência ou Regulamento de Pessoas com Deficiência), com o objetivo de garantir e promover o exercício dos direitos e liberdades básicos em igualdade de condições a pessoas com deficiência, sua integração social e cidadania (Souza, 2015).

Portanto, as escolas devem considerar todos os aspectos estipulados na lei para oferecer educação de qualidade que atenda às necessidades dos alunos. Por sua vez, os professores devem procurar constantemente o conhecimento, o que lhes permitirá prestar um serviço no qual os alunos possam interagir e receber um ensino adequado à sua realidade e particularidade (Souza, 2015).

A ação do Ministro da Educação Especial, órgão responsável pela educação de pessoas com necessidades especiais no Ministério da Educação, tem demonstrado crescente interesse nos direitos das pessoas com necessidades especiais, com o objetivo de incluir todos no sistema educacional para promover a adaptação curricular, capacitando recursos humanos e ofertando apoio organizacional a serviços profissionais (Lima, 2017). O segundo movimento diz respeito à redefinição e à disseminação da Política de Educação Inclusiva com base na Política Nacional de Educação Especial da Perspectiva da Educação Inclusiva. O Decreto nº 30.6.571/2008, da Educação Inclusiva à Gestão, consolidou a Política Nacional de Educação Especial (Lucci, 2006).

De acordo com a implementação do Decreto nº 6.571/2008, o sistema educacional deve matricular alunos com deficiência, deficiências de desenvolvimento global e estudantes altamente qualificados/geniais em cursos regulares e serviços de educação especial nas salas de aula, recursos multifuncionais ou centros especializados de assistência educacional localizados em redes públicas ou comunidades sem fins lucrativos ou organizações de caridade (Maluf, 2005).

No entanto, no final da década mencionada, o discurso sobre a eficiência e a eficácia do Programa Nacional de Educação mostrou que a assistência à Educação Profissional aumentou, o que indica que o número de matrículas relacionadas à Educação Especial em escolas comuns aumentou bastante (Aparecida; Rebelo 2003).

Em uma sociedade desigual e heterogênea como a do Brasil, a Política Educacional deve atuar na formação do corpo de cidadãos em um sentido mais importante. Por isso, é essencial que transcenda o princípio da reprodução determinado pela capital do país que o governa e adote uma atitude independente para que o direito à educação de todos os indivíduos seja realmente efetivo. Além de propiciar ações públicas que atendam às demandas sociais, também deve estar atento à construção dos direitos e na educação atual caminhar para processos inclusivos por meio do trabalho colaborativo e participativo dos envolvidos, gerando redes de apoio, incorporando a comunidade, entre outros (Polonia; Dessen, 2016).

## 2.5 CONCEITUANDO INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS

O processo de inserção social no ambiente escolar é fundamental porque a maioria das escolas não está preparada para atender às necessidades desses alunos com deficiência; na maioria das escolas, esses alunos enfrentam escassez ao chegarem a um ambiente que não os acolhe, além disso, existe a frustração dos professores diante de uma difícil realidade. Se faz

necessário, entretanto, entender que o mundo não é unificado, pois os humanos são diferentes e, além disso, os professores são pessoas que passam mais tempo com os alunos (Batista; Mantoan, 2019).

Conforme destacado por Bruno (2018), a escola contemporânea difere significativamente do modelo predominante no século passado, caracterizado por um ambiente homogêneo no qual apenas as crianças consideradas "normais" eram acolhidas. Com a crescente adoção de práticas inclusivas nas instituições de ensino, testemunhamos a emergência de uma escola que se transforma em um microcosmo de uma sociedade diversificada e mais inclusiva. Nesse cenário, quando bem concebida e implementada, a escola se converte em um ambiente mais vibrante e enriquecedor, tendo um papel fundamental no processo educacional.

No contexto contemporâneo, as escolas têm passado por uma evolução significativa, à medida em que se afastam do paradigma tradicional de segregação e passam a abraçar a diversidade de habilidades e necessidades dos alunos, o que tem contribuído para a construção de um espaço escolar mais inclusivo, onde a heterogeneidade é valorizada e celebrada. A inclusão de crianças com deficiência enriquece o ambiente escolar, promovendo a interação e o aprendizado entre pares, além de criar um ambiente mais acolhedor e estimulante para todos os estudantes.

Esse processo de transformação na educação reflete a compreensão de que a diversidade é uma parte natural da sociedade e, portanto, deve ser refletida nas escolas. À medida em que a inclusão se torna uma realidade nas instituições de ensino, a educação se torna mais alinhada com os princípios de equidade, justiça e respeito pelos direitos de todos os estudantes, independentemente de suas capacidades ou características individuais.

De acordo Morgado (2019), quando falamos em integração escolar, devemos ter em mente que este é um marco social e representa um grande avanço em nossa sociedade, pois só recentemente os alunos com deficiência saíram do confinamento de suas casas. Atualmente essas crianças podem ir à escola e receber os diferentes tratamentos de que precisam para um bom desempenho, ou seja, essa integração deve ser considerada uma grande conquista histórica. Leva tempo, mas chegou e deve estar no nosso dia a dia. No entanto, ainda não podemos dizer que temos uma escola integralmente inclusiva e estamos comprometidos com a diversidade da escola, pois ao discutir o tema da inclusão perante alguns profissionais da educação, ainda encontraremos algumas resistências.

Promover a inclusão no ambiente educacional não se limita a simplesmente integrar alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares. É um processo mais

abrangente que envolve a preparação das escolas e dos professores para adotarem práticas de ensino que acomodem a diversidade de alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. Essa abordagem requer um compromisso em atender às necessidades individuais de cada aluno e em oferecer um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor (Herculano-Houzel, 2015).

A inclusão bem-sucedida implica em desenvolver estratégias pedagógicas e de suporte que atendam às necessidades específicas de cada aluno, garantindo que todos tenham a oportunidade de participar plenamente do processo de aprendizado, o que não se trata apenas de colocar os alunos em salas de aula regulares, mas de garantir que recebam o apoio necessário para prosperar e se desenvolver de acordo com suas próprias capacidades.

Os professores precisam estar capacitados e atualizados para implementar práticas inclusivas, adaptando suas abordagens de ensino para atender às diversas necessidades dos alunos, o que envolve a criação de ambientes que sejam receptivos à diversidade, promovendo a igualdade e o respeito pelos direitos de todos os estudantes.

Vivemos em uma sociedade (brasileira) que costuma ser a mesma. A prática social do preconceito e da discriminação encontra seu lugar nessa visão distorcida de diferentes pessoas, não só porque há uma grande luta pelos direitos das diferentes pessoas (excluídas), que muitas vezes ficam para trás na margem da sociedade. Nossa sociedade nem mesmo tem a oportunidade de lutar por um trabalho decente ou de estudar, sendo composta por uma significativa parcela social marginalizada (Dazzani, 2016).

## 2.6 EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO DA DIVERSIDADE

Quando se fala em integração e inclusão, é comum usar esses conceitos como sinônimos, pois semanticamente possuem significados muito semelhantes. No entanto, ambos os termos representam realidades muito diferentes, embora as duas palavras tenham o mesmo objetivo: a inserção de pessoas com algum tipo de deficiência na sociedade.

Autores relevantes sobre o assunto, como Ainscow, Booth e Dyson (2006), destacam que o conceito de inclusão causa confusão, portanto é importante esclarecer conceitualmente seu significado, para avançar no desenvolvimento de práticas inclusivas. Uma das principais confusões ocorre entre integração escolar e inclusão educacional.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) esclarece o conceito da seguinte forma:

A educação inclusiva, mais do que uma questão marginal que trata de como integrar certos alunos na educação convencional, representa uma perspectiva que deve servir

para analisar como transformar os sistemas educacionais e outros ambientes de aprendizagem para responder à diversidade dos alunos (Unesco, 2005, p. 12).

A educação inclusiva constitui uma perspectiva abrangente, capaz de promover uma profunda transformação nos sistemas educacionais e em outros ambientes de aprendizagem. Ao enfatizar a necessidade de adaptar esses ambientes para atender à diversidade dos alunos, a perspectiva inclusiva desafia paradigmas estabelecidos, estimulando a criação de ambientes educacionais mais flexíveis e receptivos. Dessa maneira, a educação inclusiva não é apenas uma abordagem pontual, mas uma visão holística que busca remodelar fundamentalmente a maneira como a educação é concebida e implementada, visando proporcionar oportunidades educacionais igualitárias e significativas para todos os alunos.

A integração é o mecanismo que busca realizar a inserção das pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), criando instrumentos externos ao ensino regular que acolhem outras crianças no contexto escolar. Por outro lado, na inclusão, a escola ou unidades educacionais são adaptadas às características individuais dos alunos. Essa abordagem vai além de simplesmente tolerar a diversidade, buscando criar condições para que todos os estudantes sejam valorizados e respeitados em suas diferenças, o que envolve a promoção de uma cultura escolar inclusiva, que acolhe e celebra a diversidade de origens étnicas, culturais, linguísticas, socioeconômicas, de gênero, de orientação sexual, de habilidades físicas e intelectuais, entre outras.

A integração centra-se no apoio educativo a alunos com necessidades educativas específicas, para o qual são desenvolvidas inovações de apoio, recursos e profissionais formados na área da educação especial. De acordo com essas abordagens e considerando que a educação é um direito de todo menino, menina ou jovem para o seu desenvolvimento e o de uma sociedade mais igualitária, é importante investigar a aplicação desses princípios nas salas de aula, e assim favorecer melhorias e propostas que proporcionem aos alunos uma educação mais justa e equitativa, onde se promova uma educação mais inclusiva como princípio norteador.

Segundo Oliveira (2020), os professores atuam na implementação da educação inclusiva. Portanto, é fundamental oferecer oportunidades de formação específicas sobre diversidade, inclusão e práticas pedagógicas adequadas, o que pode envolver workshops, cursos de atualização e programas de desenvolvimento profissional que abordem questões relacionadas à diversidade e estratégias de ensino inclusivas.

Assim como o processo de inserção social no ambiente escolar, isso é fundamental porque a maioria das escolas não está preparada para atender às necessidades desses alunos

com deficiência.

A escola atual, não é mais o tipo de escola que descobrimos no século passado, em um espaço homogêneo, como disse antes, apenas composta por crianças que são consideradas “normais”. À medida em que a inclusão cresce nas escolas, também são criados mais espaços diversos e abertos, o que faz com que o espaço escolar, se bem-feito, se torne mais alegre e rico (Bruno, 2018).

Brun (2020) afirma que a equipe escolar deve trabalhar em conjunto para criar um ambiente acolhedor e inclusivo, o que requer reuniões regulares, compartilhamento de experiências, troca de ideias e planejamento conjunto. Ao promover uma cultura de colaboração e apoio mútuo, a equipe escolar poderá atender melhor às necessidades individuais dos alunos e promover uma educação inclusiva de qualidade.

Para Ferreira e Nunes (2021), a participação ativa e a parceria com os pais e responsáveis são fundamentais para promover a educação inclusiva. É importante envolver as famílias no processo educacional, ouvindo suas perspectivas, respeitando suas experiências e reconhecendo a educação de seus filhos, o que pode ser feito por meio de reuniões regulares, eventos escolares, programas de envolvimento familiar e comunicação constante entre escola e família.

O setor educacional atualmente tem a função de viabilizar e oferecer alternativas, para que aqueles que estão excluídos do sistema, tenham a oportunidade de participar, lutar pela universalidade dos direitos sociais, resgatar a cidadania e se reintegrar à sociedade. O interesse pelo assunto está levando a revisões em diversos sistemas de ensino, que traçam ações harmoniosas sobre metodologias que promovam educação para todos os alunos em um contexto formal e não isolado (Ferreira; Guimarães, 2018).

A exclusão social de pessoas com deficiência ou certas necessidades especiais é tão antiga quanto a socialização do ser humano. Sempre que falamos sobre o tema integração ou inclusão social, referimo-nos às pessoas com deficiência.

Ao usar esse movimento como sinônimo de inclusão, muitas pessoas fazem má interpretação da integração. No entanto, o sistema de fusão das escolas tem recebido muitas críticas, principalmente por sua exclusividade, pois deposita sobre a pessoa com deficiência, a obrigatoriedade de adequar-se às necessidade da maior parte da sociedade. Esse é um processo de seleção que afeta a todos. Porém, para as pessoas com deficiência, esse processo está se tornando cada vez mais impróprio, tendo em vista que foram excluídas de qualquer possibilidade de participação, tomando como base, a sua deficiência (Ferreira; Guimarães, 2018).

Embora muitas pessoas confundam o processo de integração com o processo inclusivo, é necessário entender as diferenças em suas propostas e analisar os objetivos de cada proposta nesses processos. Para obter uma vida social livre e igualitária, é necessário eliminar todas as atitudes discriminatórias em relação a todos os indivíduos que apresentam diferenças físicas, cognitivas ou sociopsicológicas na sociedade (Oliveira, 2017).

A inclusão social é uma forma de adaptação que pode incluir as pessoas com deficiência em seu sistema social geral e ao mesmo tempo, contribuir para a organização de seu papel na sociedade. Para o autor Dazzani (2016), a sociedade precisa de transformação, mas deve reconhecer que precisa ser treinada para atender às necessidades de seus membros. Desta forma, pode-se perceber que a explicação do autor é completamente diferente do que diz o senso comum, pois em sua opinião, inclusão e integração não têm o mesmo significado.

A integração e a inclusão social de pessoas com deficiência são conceitos distintos, embora relacionados. A integração refere-se a um processo em que as pessoas com deficiência são inseridas em um sistema social existente, onde são esperadas para se adaptar às normas e exigências da sociedade. Esse modelo muitas vezes coloca a responsabilidade de ajuste no indivíduo com deficiência, exigindo que se torne "normal" de acordo com os padrões sociais preestabelecidos (Cirino; Brondani, 2022).

Rosa et al. (2021), defendem que é fundamental promover a conscientização sobre a diversidade em toda a comunidade escolar, o que pode ser feito por meio de atividades educativas, palestras, debates e eventos culturais que abordem temas relacionados à diversidade, igualdade e inclusão. Ao criar um ambiente em que todos são respeitados e valorizados, a escola pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e respeitosos.

Ferreira (2022) aponta que estimular o diálogo e o aprendizado intercultural é essencial para promover a integração e o respeito pela diversidade, o que pode ser alcançado por meio de projetos educacionais que envolvam a troca de experiências entre estudantes de diferentes origens culturais, organização de atividades de intercâmbio, exposições culturais e aulas que promovam a valorização das contribuições de diferentes culturas.

Segundo De Melo (2021), a promoção da inclusão social no setor educacional requer ações coordenadas e esforços contínuos para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles que foram historicamente excluídos, tenham acesso igualitário à educação e possam exercer plenamente seus direitos sociais e sua cidadania. Nesse contexto, é importante rever os sistemas de ensino existentes e implementar medidas que permitam que a educação atinja todos os alunos de forma inclusiva, em um contexto formal e não isolado.

Ao abordar a integração e a inclusão social, é fundamental entender suas diferenças e objetivos. A integração, muitas vezes confundida com a inclusão, recebe críticas devido à sua abordagem exclusiva, em que as pessoas com deficiência precisam se adequar às normas e necessidades da sociedade, o que implica em um processo seletivo que muitas vezes exclui as pessoas com deficiência, com base em sua condição (Barcelli; Rosalino, 2022).

Por outro lado, a inclusão social busca eliminar todas as formas de discriminação e garantir que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças físicas, cognitivas ou sociopsicológicas, sejam plenamente incluídas na sociedade. A inclusão não se trata apenas de adaptar o indivíduo ao sistema, mas também de transformar a sociedade para atender às necessidades de todos os seus membros (Monteiro, 2015).

Segundo Bins *et al.* (2013), a inclusão social implica em proporcionar oportunidades de participação em todos os aspectos da vida social, ao mesmo tempo em que as pessoas com deficiência se organizam para assumir seu papel ativo na sociedade, o que requer uma mudança na mentalidade e atitudes, bem como a eliminação de barreiras físicas, sociais e estruturais que dificultam a plena inclusão.

Nessa direção, é necessário reconhecer que a inclusão social não se resume apenas à educação, mas também abrange a participação plena em todas as esferas da sociedade, como emprego, acesso a serviços e participação política e cultural. Para alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva, se faz necessária uma transformação social que valorize e respeite a diversidade e se empenhe em atender às necessidades de todos os indivíduos (Tédde, 2012).

Segundo Monteiro (2015), a sociedade como um todo está envolvida nesse processo de transformação, mas para que isso ocorra, é necessário que ela seja treinada e capacitada para atender às necessidades de todos os seus membros. À medida que a conscientização e a aceitação social crescem, a resistência à inclusão de pessoas com deficiência diminui, permitindo que alcancem seu pleno potencial e desempenhem um papel ativo na sociedade. A inclusão social no setor educacional requer uma abordagem integrativa e abrangente, que vá além da simples inserção no sistema escolar, e busque a transformação social necessária para garantir a participação plena e igualitária de todas as pessoas. É um processo contínuo que exige o comprometimento de todas as partes envolvidas para construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva para todos os indivíduos.

Portanto, integração significa inserir uma pessoa com deficiência pronta para viver em sociedade. Nesse sentido, ela deve ser instruída a se adaptar ao movimento social, cuja tolerância é vista como uma mudança social, bem como um pré-requisito para a integração social e sua busca pela autonomia para seu próprio desenvolvimento e exercício da cidadania

(Batista; Mantoan, 2019).

Ao implementar essas ações, a educação para a integração ou inclusão da diversidade se torna um esforço coletivo, enriquecido pela colaboração entre professores, equipe escolar, famílias e comunidade. Trabalhando juntos, criam um ambiente educacional inclusivo, que pode promover o respeito, a valorização da diversidade e o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Assim, então, a escola se constitui como um espaço de inclusão social, onde diferentes pessoas interagem e compartilham, aprendendo juntos a respeitar e valorizar a diversidade, bem como as características individuais, sociais e culturais.

A efetiva implementação da educação inclusiva demanda a participação ativa de diversos agentes, sendo o professor, o mais importante nesse processo. A abordagem dos professores, conforme Vitta (2010), tem um papel fundamental na criação de ambientes educacionais inclusivos, onde sua aparência física e suas práticas de ensino podem influenciar o sucesso ou fracasso de alunos com deficiência. Contudo, a falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade na aprendizagem é um desafio identificado. Mendes (2004) destaca a formação de professores como essencial para construir escolas verdadeiramente abertas à diversidade educacional. Marcondes e Lima (2017), Fitzgibbon (1993), e Fidalgo (2021) corroboram, enfatizando a necessidade de uma formação que abranja teorias inclusivas, promova consciência crítica e capacite os professores a desenvolverem estratégias pedagógicas adaptadas às diferenças individuais dos alunos. Habilidades socioemocionais, gestão eficaz da sala de aula, parceria com os pais, e o uso de recursos e tecnologias assistivas também são apontados como elementos essenciais. A formação do professor para a diversidade e inclusão é um processo contínuo, demandando atualização constante para criar ambientes educacionais inclusivos e promover o respeito pela diversidade (Bedendo *et al.*, 2022; Damasceno; Cruz, 2021).

A interação entre família e escola auxilia na formação e socialização pessoal, influenciando o sentido de realização e projetos ao longo da vida. No contexto da inclusão educacional, crianças e jovens com deficiência têm direito a uma educação que respeite sua dignidade, e a participação ativa das comunidades familiares é essencial nesse processo. A aceitação real do indivíduo com deficiência, originada na própria família, é destacada como ponto-chave para impulsionar mudanças significativas na sociedade. Reconhecendo o papel central dos pais no suporte às necessidades de educação especial, a decisão de fornecer tal educação torna-se um aspecto significativo do engajamento familiar. No entanto, as famílias enfrentam desafios ao buscar ambientes escolares preparados, devido a rejeições e preconceitos persistentes. Estabelecer uma visão positiva dos membros com necessidades

educacionais especiais é destacado como fundamental, gerando expectativas otimistas, superando limitações e promovendo o desenvolvimento global dos indivíduos, inclusive na esfera escolar (Carvalho, 2020; Bruno, 2018; Oliveira, 2017; Morgado, 2019).

## 2.7 INTEGRAÇÕES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A integração é o processo dinâmico de participação das pessoas no ambiente de relacionamento, que legitima a interação das pessoas em grupos sociais. Integração significa benefício mútuo. No modelo escolar, este é um processo gradual e dinâmico, que pode assumir diferentes formas, de acordo com as necessidades e competências dos alunos. Portanto, sob o enfoque psicossocial, a integração representa uma via de mão dupla, envolvendo a pessoa com deficiência e a comunidade considerada “normal” (Polonia; Dessen, 2016).

Por outro lado, a Educação Inclusiva é uma proposta para facilitar o uso da escola e garantir a participação de todos. A inclusão pode melhorar o nível de ensino, beneficiando assim, todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais, dependendo se esse pessoal tem capacidade para fazer face às inovações e dificuldades decorrentes das necessidades desses alunos. Os fatos não são universais para o sistema educacional e professores comuns. Caso o ensino regular não atenda às necessidades educacionais ou sociais dos alunos, todos devem estudar juntos e indicar a matrícula dos filhos em escolas especiais (Polonia; Dessen, 2016).

As escolas precisam reconhecer e atender às diversas necessidades dos alunos, se adaptar aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e garantir que todas as pessoas recebam uma educação de qualidade. Para tanto, é necessário desenvolver cursos adaptativos adequados a cada necessidade, mudança organizacional, estratégia de ensino e utilização de recursos diferenciados, o que mostra claramente que as escolas com tudo incluído precisam mudar as condições necessárias para garantir uma educação de qualidade e cooperação com a comunidade (Ferreira; Guimarães, 2018).

Leis e/ou decretos estipulam que as escolas regulares devem aceitar alunos com necessidades especiais, não podendo, portanto, garantir a implementação de práticas de Educação Inclusiva. Se a escola estiver preparada para atender os alunos participantes do curso, independentemente de suas diferenças ou personalidades, suas matrículas devem ser garantidas (Bruno, 2018).

A questão teórica do processo inclusivo tem sido amplamente discutida por estudiosos

e pesquisadores da área de Educação Especial, mas quase nada foi feito em termos de sua aplicação prática; considerando, inclusive que a tolerância só terá efeito quando houver mudanças estruturais no sistema educacional, pois ela sempre foi a principal preocupação de pais, professores e alunos (Morgado, 2019).

Para o exercício docente, é necessária a prática de um diálogo aberto e um método de ensino interativo que resolva os diferentes níveis de compreensão dos alunos e vise o seu desempenho. Como elemento-chave da transformação escolar, a prática docente precisa se desenvolver na direção de uma pedagogia pensante que busque uma estratégia diferenciada de cooperação com os alunos com NEE (Carvalho, 2020).

Professores e profissionais da educação ainda relutam em aceitar o desafio da construção de uma escola inclusiva, resistência essa que é compreensível ao se analisar a falta de formação adequada para lidar com esse desafio (Oliveira, 2017).

No processo de interação entre alunos e professores, os alunos aprendem a refletir e discernir conhecimentos e têm a capacidade de responder às situações que surgem. Todos os professores devem presumir que as diferenças individuais no processo de aprendizagem são inerentes às pessoas e explicar as razões: alguns alunos são mais focados e trabalhadores; outros preferem determinados conteúdos; alguns aprendem lentamente, enquanto outros são muito relaxados para realizar a transferência de aprendizado (Ferreira; Guimarães, 2018).

Segundo Carvalho (2020), crianças e jovens com deficiência têm o direito de receber educação inclusiva e respeitar sua dignidade. Comunidades familiares devem participar dessa formação intelectual e se esforçar para incluir as crianças com deficiência na sociedade. Para construir uma sociedade inclusiva, primeiro é necessário fazer uma mudança abrangente no pensamento e na estrutura da sociedade, o que leva um certo tempo. O que realmente orienta e desencadeia essas mudanças é a aceitação real da pessoa com deficiência e essa aceitação deve partir da própria família. No sentido de se tornar um parceiro importante no processo de integração (sociedade – escola) das pessoas com deficiência, o papel da família vem sendo cada vez mais valorizado. Os pais são os principais parceiros para as necessidades de Educação Especial das crianças, por isso cabe a eles decidirem se fornecem Educação Especial para seus filhos (Bruno, 2018).

Segundo Oliveira (2017), uma das dificuldades dessas famílias é encontrar um ambiente escolar que seja efetivamente preparado; ainda existem constantes rejeições e possíveis preconceitos, mas os responsáveis por essas crianças e jovens não desanimarão no desempenho de suas funções, como por exemplo: prezar pelo direito de seus filhos terem acesso à educação. Por sua vez, o poder público deve garantir assistência em todas as áreas,

especialmente na saúde e na educação, para promover a saúde física e mental, não só das crianças, mas de toda a família.

As famílias precisam cada vez mais estabelecer uma visão positiva dos membros com NEE. Essa percepção positiva pode criar expectativas na família, transformar uma atitude tolerante em uma disposição para superar os limites de determinada situação e orientar seus filhos a terem uma melhor autoestima e se desenvolverem em vários aspectos, inclusive na escola.

A participação ativa e o envolvimento das famílias são de extrema importância no processo de Educação Inclusiva, auxiliam no apoio e na promoção do desenvolvimento de seus filhos com deficiência, tanto em casa quanto na escola (Morgado, 2019). Devem ser vistas como parceiras essenciais no planejamento e implementação de estratégias educacionais para seus filhos, pois, possuem um conhecimento profundo sobre as necessidades, habilidades e interesses de seus filhos, e esse conhecimento é importante para os educadores e profissionais da área da educação. A colaboração entre a família e a escola é essencial para garantir uma educação de qualidade e o bem-estar geral dos alunos com deficiência (Caldeira; Cavalari, 2010).

As famílias também atuam na promoção da autoestima e da autoconfiança de seus filhos com deficiência. Uma visão positiva e encorajadora dos membros da família pode contribuir para o desenvolvimento emocional, social e acadêmico das crianças. Ao estabelecer expectativas realistas e apoiar seus filhos em suas metas e conquistas, as famílias ajudam a fortalecer sua autoestima e motivação para o aprendizado (Cirino; Brondani, 2022).

As famílias de crianças com deficiência também enfrentam desafios. Podem enfrentar estigmas, falta de recursos e apoio, e a necessidade de equilibrar as demandas do cuidado com as necessidades educacionais de seus filhos. Portanto, é fundamental que o poder público e as instituições sociais ofereçam suporte adequado às famílias, por meio de serviços de saúde, educação e assistência social (Oliveira, 2022).

Algumas pessoas precisam de muito estímulo para se manterem focadas e interessadas, enquanto outras aprendem sob a orientação de um professor. Embora importantes, os recursos técnicos que promovem e enriquecem a aprendizagem não podem substituir a relevância do conhecimento por meio da mediação interativa dos professores. O professor planeja e seleciona o conteúdo a ser desenvolvido, toma as decisões pertinentes e possui parâmetros específicos relacionados ao estilo de aprendizagem de cada aluno (Carvalho, 2020).

A habilidade de agir efetivamente sob certas circunstâncias apoiada no conhecimento,

mas não limitada a este, é de fundamental importância no contexto educacional. Os professores auxiliam na formação dos alunos, não apenas desenvolvendo conteúdo, mas também tomando decisões adequadas para atender às necessidades individuais de cada estudante, essa capacidade de agir eficazmente é amplamente suportada por uma série de recursos cognitivos complementares. O conhecimento que os educadores possuem é, em grande parte, construído com base em suas experiências pessoais e no treinamento que recebem, permitindo-lhes construir e armazenar informações que representem fielmente a realidade educacional (Batista; Mantoan, 2019).

Uma formação adequada ajudará o professor a interagir de forma apropriada e a participar do progresso de seus alunos; além de compreender as características dos alunos, deve ter um grande interesse pelo ser humano. A educação inclusiva exige que os professores da educação formal adquiram determinados conhecimentos especializados para enfrentar pessoas com características especiais, por outro lado, exige que os professores da Educação Especial ampliem seus horizontes e tradicionalmente centralizem essas características (Batista; Mantoan, 2019).

Essa exigência permite que os professores da formação geral e profissional comuniquem suas experiências, angústias, limitações e expectativas diante da situação. Nesse sentido, a inclusão escolar exige que todos os alunos tenham professores dedicados, pois sabem que a inclusão só pode ser entendida no contexto da educação para todos. Os professores devem compreender que essa tolerância deve ser baseada na igualdade entre as pessoas, no respeito pela individualidade e nas possibilidades de cada pessoa, na lealdade e justiça e nos princípios da paz e da cooperação (Dazzani, 2016).

Porém, mesmo que os professores estejam cientes de todas essas condições, é necessário investir na sua formação profissional. Portanto, terão que reaprender, pesquisar, refletir sobre a própria prática e buscar métodos de ensino inovadores para isso.

### **3 COMPLEXIDADES E AVANÇOS NO CAMPO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL**

Os resultados são provenientes da análise sistemática dos estudos acadêmicos que serão apresentados oferece uma compreensão sobre as complexidades e avanços no campo da inclusão educacional, especificamente a partir de documentos do Rio Grande do Norte. Ao explorar as contribuições individuais de cada autor, os resultados destacaram padrões emergentes, lacunas de conhecimento e possíveis direções futuras para a pesquisa e práticas educacionais inclusivas. A discussão subsequente se propõe a contextualizar e interpretar os

resultados, fomentando uma reflexão crítica sobre as implicações dessas descobertas para a melhoria contínua das Políticas Educacionais, formação docente e implementação de estratégias inclusivas. Nessa direção, o Quadro 2 sintetiza a compilação de estudos acadêmicos dedicados à temática da inclusão educacional. Cada entrada no quadro oferece uma visão concisa sobre os autores, anos de publicação, objetivos propostos pelos estudos, resultados alcançados e conclusões extraídas. Os trabalhos abordam uma variedade de questões, desde desafios enfrentados no ensino de alunos com deficiência intelectual até reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais.

**Quadro 2.** Análise dos Estudos sobre Inclusão Educacional

Autor e Ano	Objetivo	Resultados do Estudo
Bruno (2018)	Analisar as Políticas Públicas e práticas pedagógicas na construção da escola inclusiva, especial	Identificação de lacunas nas Políticas Públicas, Destaque para práticas inclusivas eficazes; Necessidade de integração entre políticas e práticas.

<b>Conclusão do Estudo</b>	<b>Importância da integração efetiva entre</b>	<b>políticas e práticas para a inclusão.</b>
Batista e Mantoan (2019)	Investigar o Atendimento Educacional Especializado para deficiência mental na Educação Inclusiva.	Avaliação de programas de Atendimento Especializado; Destaque para intervenções eficazes; Necessidade de maior investimento em recursos.
Barcelli e Rosalino (2022)	Analisar desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual.	Identificação de barreiras educacionais; Implementação de estratégias inclusivas; Melhoria na participação dos alunos.
Bedendo <i>et al.</i> (2022)	Examinar a formação docente para a diversidade, enfocando a docência e a inclusão.	Identificação de lacunas na formação docente; Proposição de estratégias de inclusão; Reconhecimento da importância do
		Necessidade de aprimoramento na formação docente para promover a inclusão.

Bordin e Scheid (2020)	Analisar a singularidade da aprendizagem escolar em crianças com deficiência intelectual.	docente na inclusão. Identificação de padrões de aprendizagem distintos; Recomendação de abordagens individualizadas; Reconhecimento da diversidade de habilidades.	Necessidade de estratégias pedagógicas personalizadas para cada aluno.
Brun (2020) Promover	a inclusão da educação para a diversidade através das culturas no	Valorização da diversidade linguística; Adoção de práticas inclusivas; Fomento da participação ativa dos alunos. Identificação das percepções sobre o dever de casa; Análise das relações entre escola e família; Reconhecimento da importância da comunicação.	Inclusão cultural e linguística como base para uma educação mais integrativa. Importância da comunicação efetiva entre escola e família para o sucesso educacional.
Carvalho (2020)	Investigar as relações entre escola, família e o dever de casa.		
Cirino e Brondani (2022)		Da Rosa <i>et al.</i> (2021)	Realizar uma revisão sistemática sobre a aprendizagem de crianças com

deficiência intelectual nos anos iniciais.	Síntese de abordagens pedagógicas eficazes;	de	Necessidade de investigações mais detalhadas para orientar práticas pedagógicas.
Apresentar breves considerações sobre a inclusão escolar.	Identificação de lacunas na literatura existente;	de	
	Necessidade de pesquisas mais específicas.	de	
	Destaque para desafios enfrentados na inclusão;		Necessidade de maior sensibilização
	Reconhecimento da importância da sensibilização;	da	
	Sugestão de abordagens mais inclusivas.	de mais e	implementação

---

			de estratégias inclusivas.
De Melo (2021) papel do	Analisar o lúdico no process	Identificação de benefícios do lúdico na inclusão;	Importância do lúdico como ferramenta para a inclusão e
	o de inclusão escolar e social de	Reconhecimento da	

---

	estudantes com deficiência intelectual.	com	importância da socialização; Sugestão de estratégias lúdicas inclusivas.	da socialização.
De Souza e Da Silva (2019)	Explorar a neurociência como ferramenta no processo ensino-aprendizagem.	a	Destaque para neurocientíficos aplicáveis à educação; Reconhecimento da importância da interdisciplinaridade; Sugestão de abordagens mais alinhadas à neurociência.	Necessidade de integração efetiva entre conhecimentos neurocientíficos e práticas educacionais.
Ferreira (2022)	Analisar o capacitismo e suas implicações para a diversidade nas escolas e na sociedade.		Identificação de manifestações de capacitismo; Proposição de abordagens mais inclusivas; Reconhecimento da necessidade de conscientização.	Necessidade de maior conscientização e adoção de práticas mais inclusivas.
Ferreira e Guimarães (2018)	Contribuir para a compreensão da educação inclusiva.	a	Síntese de princípios fundamentais da educação inclusiva; Destaque para abordagens inclusivas eficazes; Reconhecimento da importância da formação docente.	Importância da formação docente e práticas inclusivas para uma educação mais igualitária.
Ferreira e Nunes (2021)	Explorar as interseções entre diversidades, educação e inclusão.		Identificação de conexões entre diversidades; Reconhecimento da importância da inclusão; Sugestão de estratégias inclusivas interseccionais.	Necessidade de abordagens mais interseccionais para promover a inclusão.

Morgado (2019) Contribuir para a reflexão sobre a educação inclusiva nas escolas atuais. Análise de desafios e progressos na implementação da educação inclusiva; Identificação de áreas de melhoria; Reconhecimento da Necessidade de reflexão constante para aprimorar a implementação da educação inclusiva.



		necessidade contínua de reflexão.	
Oliveira Rodrigues (2020)	Investigar a percepção de profissionais de Educação Infantil diante dos desafios na EDUCAÇÃO INCLUSIVA no Brasil.	Identificação de desafios enfrentados pelos profissionais; Reconhecimento da necessidade de suporte; Sugestão de estratégias para enfrentar os desafios.	Necessidade de maior suporte e implementação de estratégias para enfrentar os desafios na inclusão.
Oliveira (2022)	Analise a importância de identificar e abordar as barreiras à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Destaque para práticas comportamentais eficazes; Reconhecimento da importância da análise comportamental na inclusão.	Identificação de barreiras à inclusão; Reconhecimento da importância da equidade; Sugestão de abordagens mais inclusivas e equitativas. Identificação de obstáculos na inclusão escolar; Reconhecimento da importância da adaptação curricular; Sugestão de abordagens mais inclusivas. Síntese de contribuições analítico-comportamentais;	
Rosa (2020)	Investigar		

Necessidade de estratégias específicas para promover a inclusão e equidade na Educação Infantil.

Necessidade de adaptações curriculares e estratégias mais inclusivas na escola regular.

Importância da análise comportamental como ferramenta para práticas inclusivas.

Santos e Nunes (2020)

Refletir sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro.

Análise crítica das políticas públicas; Identificação de desafios no contexto educacional rural; Reconhecimento da necessidade de políticas mais inclusivas.

Necessidade de políticas educacionais mais inclusivas para o contexto rural brasileiro.

---

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024).

A análise dos autores selecionados revela uma abordagem interdisciplinar sobre a temática da Inclusão Educacional. Barcelli e Rosalino (2022) realizaram uma análise dos desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual. Os resultados indicam a identificação de barreiras educacionais, destacando a necessidade contínua de adaptação curricular e formação docente. A implementação de estratégias inclusivas contribuiu para a melhoria na participação dos alunos, sublinhando a importância de abordagens pedagógicas flexíveis e centradas nas necessidades individuais.

Batista e Mantoan (2019) investigaram o Atendimento Educacional Especializado para deficiência mental na Educação Inclusiva. Os resultados destacam a avaliação de programas de atendimento especializado, apontando para intervenções eficazes. No entanto, ressaltam a necessidade de um maior investimento em recursos para garantir uma inclusão educacional mais efetiva, evidenciando desafios financeiros que impactam diretamente na implementação dessas práticas.

Para Rosa (2020) a atuação do professor vai muito além da simples transmissão de informações, atua na orientação e no estímulo do crescimento holístico dos alunos, auxiliando-os a desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e sociais. A maneira como o professor interage com os alunos e como adapta seu ensino para atender às necessidades individuais tem um impacto significativo no processo de aprendizado e no desenvolvimento das competências dos estudantes. O professor não é apenas um educador, mas também um modelador do caráter e do potencial dos alunos. Sua capacidade de compreender e se adaptar às diversas necessidades de aprendizado, bem como de promover um ambiente inclusivo e enriquecedor, é essencial para o sucesso educacional e pessoal dos alunos.

Bedendo *et al.* (2022) examinaram a formação docente para a diversidade, enfocando a docência e a inclusão. Os resultados revelam a identificação de lacunas na formação docente, propondo estratégias para promover a inclusão. A pesquisa reconhece a importância do papel do docente nesse processo, destacando a necessidade de aprimoramento na formação para garantir práticas mais inclusivas.

Bordin e Scheid (2020) analisaram a singularidade da aprendizagem escolar em crianças com deficiência intelectual. Os resultados revelam a identificação de padrões de aprendizagem distintos, recomendando abordagens individualizadas. Essa abordagem destaca a necessidade de estratégias pedagógicas personalizadas para cada aluno, reconhecendo a diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem.

Brun (2020) focou em promover a inclusão da educação para a diversidade através das culturas-línguas no Ensino Fundamental I. Os resultados indicam a valorização da diversidade cultural e linguística, destacando a adoção de práticas inclusivas. A pesquisa evidencia que a inclusão cultural e linguística serve como base fundamental para uma educação mais equitativa.

Bruno (2018) analisou as Políticas Públicas e práticas pedagógicas na construção da escola inclusiva, especialmente na Educação Infantil. Os resultados apontam para a identificação de lacunas nas Políticas Públicas e destacam práticas inclusivas eficazes. O estudo sublinha a necessidade de integração efetiva entre políticas e práticas para garantir uma Educação Inclusiva desde os primeiros anos escolares.

Carvalho (2020) investigou as relações entre escola, família e o dever de casa. Os resultados revelam a identificação das percepções sobre o dever de casa e a análise das relações entre escola e família. Destaca-se a importância da comunicação efetiva entre escola e família para o sucesso educacional, enfatizando a necessidade de parceria colaborativa.

Cirino e Brondani (2022) conduziram uma revisão sistemática sobre a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual nos anos iniciais. Os resultados fornecem uma síntese de abordagens pedagógicas eficazes e identificam lacunas na literatura existente. A pesquisa destaca a necessidade de investigações mais específicas para orientar práticas pedagógicas e intervenções mais direcionadas.

Da Rosa *et al.* (2021) apresentaram breves considerações sobre a inclusão escolar. Os resultados destacam os desafios enfrentados na inclusão e reconhecem a importância da sensibilização. O estudo sugere abordagens mais inclusivas para enfrentar esses desafios, ressaltando a necessidade de maior sensibilização e implementação de estratégias inclusivas.

De Melo (2021) analisou o papel do lúdico no processo de inclusão escolar e social de estudantes com deficiência intelectual. Os resultados indicam a identificação de benefícios do lúdico na inclusão, reconhecendo a importância da socialização. O estudo sugere estratégias lúdicas inclusivas como ferramentas efetivas para promover a inclusão e a interação social.

De Souza e Da Silva (2019) exploraram a neurociência como ferramenta no processo ensino-aprendizagem. Os resultados destacam neurocientíficos aplicáveis à educação, reconhecendo a importância da interdisciplinaridade. O estudo sugere abordagens mais alinhadas à neurociência, ressaltando a necessidade de integração efetiva entre conhecimentos neurocientíficos e práticas educacionais.

Ferreira (2022) analisou o capacitismo e suas implicações para a diversidade nas escolas e na sociedade. Os resultados indicam a identificação de manifestações de capacitismo

e propõem abordagens mais inclusivas. O estudo destaca a necessidade de maior conscientização e adoção de práticas mais inclusivas para combater atitudes discriminatórias.

Ferreira e Guimarães (2018) contribuíram para a compreensão da Educação Inclusiva. Os resultados fornecem uma síntese de princípios fundamentais da Educação Inclusiva, destacando abordagens inclusivas eficazes. A pesquisa sublinha a importância da formação docente e práticas inclusivas para uma educação mais igualitária.

Ferreira e Nunes (2021) exploraram as interseções entre diversidades, educação e inclusão. Os resultados indicam a identificação de conexões entre diversidades e reconhecem a importância da inclusão. O estudo sugere estratégias inclusivas interseccionais para promover uma educação mais equitativa e diversificada.

Morgado (2019) contribuiu para a reflexão sobre a Educação Inclusiva nas escolas atuais. Os resultados analisaram desafios e progressos na implementação da Educação Inclusiva, identificando áreas de melhoria. A pesquisa reconhece a necessidade contínua de reflexão para aprimorar a inclusão educacional nas instituições de ensino.

Oliveira Rodrigues (2020) investigou a percepção de profissionais de Educação Infantil diante dos desafios na Educação Inclusiva no Brasil. Os resultados indicam a identificação de desafios enfrentados pelos profissionais e reconhecem a necessidade de suporte. O estudo sugere estratégias para enfrentar os desafios, destacando a importância de apoio e implementação de práticas mais inclusivas.

O papel do professor é de suma importância, uma vez que atua como um elo vital entre o aluno, o ambiente escolar, a sociedade e o conhecimento em constante evolução. Além de ser responsável por transmitir conhecimentos, o professor tem um papel fundamental na formação da personalidade dos alunos, deixando uma marca indelével em seu desenvolvimento. Nesse papel de facilitador, o professor deve possuir um conhecimento, abordando, não apenas os aspectos acadêmicos, mas também considerando atentamente os aspectos físicos, motores, sociais, culturais e psicológicos dos alunos (Oliveira Rodrigues, 2020).

Oliveira (2022) analisou a deficiência intelectual na Educação Infantil, focando em inclusão e equidade. Os resultados indicam a identificação de barreiras à inclusão e reconhecem a importância da equidade. A pesquisa sugere abordagens mais inclusivas e equitativas para promover uma Educação Infantil mais acessível e igualitária.

Rosa (2020) investigou os desafios na inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular. Os resultados indicam a identificação de obstáculos na inclusão escolar e destacam a importância da adaptação curricular. O estudo sugere a

necessidade de estratégias mais inclusivas na escola regular, visando promover a participação plena dos alunos.

Rosa (2021) contribuiu com análises comportamentais para a Educação Inclusiva. Os resultados oferecem uma síntese de contribuições analítico-comportamentais, destacando práticas comportamentais eficazes. A pesquisa reconhece a importância da análise comportamental na promoção de práticas inclusivas, evidenciando sua aplicabilidade para atender às necessidades individuais dos alunos.

Santos e Nunes (2020) refletiram sobre Políticas Públicas Educacionais para o campo no contexto brasileiro. Os resultados indicam uma análise crítica das Políticas Públicas, identificando desafios no contexto educacional rural. A pesquisa reconhece a necessidade de políticas mais inclusivas, considerando a diversidade de realidades encontradas nas áreas rurais do Brasil.

Sobre as Políticas Públicas para a inclusão de alunos com deficiência na Educação Especial, Carvalho (2020) examina dispositivos legais para avaliar as garantias proporcionadas pelas Políticas Públicas, enquanto Santos e Nunes (2020) realizam uma reflexão crítica sobre as Políticas Educacionais específicas do Rio Grande do Norte. Ambos oferecem dados sobre o cenário legal e as iniciativas estaduais voltadas para a inclusão.

Quanto às estratégias para promover a inclusão na Educação Básica Inclusiva, Bedendo *et al.* (2022) propõem inovações na formação docente, destacando a importância da prática pedagógica. Morgado (2019) contribui com uma reflexão sobre a implementação da Educação Inclusiva nas escolas, identificando desafios e áreas de melhoria.

Bordin e Scheid (2020) afirmam que, na busca por um sistema educacional que promova a inclusão e equidade, o papel do professor se destaca como fundamental. O professor não é apenas alguém que transmite conhecimento, mas tem um papel de vital importância na promoção da humanização das crianças e em sua formação como cidadãos plenos. Contudo, a prática docente não se limita a ser uma questão de posse de conhecimento, mas requer um compromisso genuíno em assegurar que todos os alunos alcancem seus objetivos e superem suas dificuldades iniciais de aprendizagem.

Para os desafios e estratégias na área da inclusão educacional Barcelli e Rosalino (2022) e Batista e Mantoan (2019) focalizam deficiência intelectual e deficiência mental, destacando adaptações curriculares e investimentos em recursos. Bedendo *et al.* (2022) fornecem dados sobre formação docente, apontando lacunas e propondo estratégias inclusivas.

Bordin e Scheid (2020) enfatizam a necessidade de abordagens personalizadas para

crianças com deficiência intelectual. Brun (2020) promove a inclusão através das culturas-línguas, enquanto Bruno (2018) analisa criticamente Políticas Públicas e práticas pedagógicas.

Estudos diversos, como Carvalho (2020), Cirino e Brondani (2022), e Da Rosa *et al.* (2021), abordam relações escola-família, revisão sistemática sobre aprendizagem e breves considerações sobre inclusão. De Melo Souza (2021) destaca o papel lúdico na inclusão, e De Souza e Da Silva (2019) exploram neurociência no ensino.

As dificuldades em sala de aula podem ser decorrentes de uma combinação de fatores orgânicos inerentes, fatores pessoais e influências externas, incluindo situações emocionais, portanto, se faz necessário identificar esses fatores o mais cedo possível para auxiliar no processo educacional. Todos os envolvidos no processo educativo devem estar cientes dessas dificuldades e avaliar se são de natureza temporária ou de longo prazo.

Ferreira (2022) aborda o capacitismo, Ferreira e Guimarães (2018) sintetizam princípios de Educação Inclusiva, e Ferreira e Nunes (2021) exploram interseções entre diversidades. Morgado (2019) reflete sobre a Educação Inclusiva. Oliveira Rodrigues (2020) e Oliveira (2022) oferecem perspectivas sobre desafios na Educação Infantil, enquanto Viviane de Sousa Rosa (2020) e Larissa Rodrigues Rosa (2021) tratam da inclusão na escola regular e análises analítico-comportamentais, respectivamente. Santos e Nunes (2020) refletem sobre Políticas Públicas no contexto rural.

Os estudos de Bedendo *et al.* (2022) e Ferreira e Nunes (2021) compartilham uma perspectiva sobre a formação docente para a diversidade e a inclusão. Bedendo *et al.* identificam lacunas na formação docente, propondo estratégias inclusivas, enquanto Ferreira e Nunes exploram as interseções entre diversidades, educação e inclusão, sugerindo estratégias inclusivas interseccionais. Ambos enfatizam a necessidade de aprimoramento na formação docente para promover a inclusão.

Da Rosa *et al.* (2021) e Morgado (2019) apresentam abordagens complementares sobre a inclusão escolar. Da Rosa *et al.* destacam desafios enfrentados na inclusão e a importância da sensibilização, sugerindo abordagens mais inclusivas. Morgado contribui para a reflexão sobre a Educação Inclusiva, analisando desafios, progressos e identificando áreas de melhoria. Ambos reforçam a necessidade contínua de reflexão para aprimorar a inclusão educacional.

De Souza e Da Silva (2019) e Oliveira Rodrigues (2020) abordam a importância da neurociência e do suporte profissional na inclusão. De Souza e Da Silva exploram a neurociência como ferramenta no processo ensino-aprendizagem, enquanto Oliveira

Rodrigues investiga a percepção de profissionais diante dos desafios na Educação Inclusiva. Ambos enfatizam a necessidade de conhecimentos neurocientíficos e de suporte para enfrentar os desafios na inclusão.

Ferreira e Guimarães (2018) e Oliveira (2022) convergem em destacar a importância da equidade na Educação Inclusiva. Ferreira e Guimarães contribuem para a compreensão da Educação Inclusiva, sublinhando a importância da formação docente. Oliveira analisa a deficiência intelectual na Educação Infantil, identificando barreiras à inclusão e reconhecendo a importância da equidade. Ambos sugerem abordagens mais inclusivas e equitativas para promover uma educação igualitária.

Brun (2020) e Santos e Nunes (2020) compartilham uma preocupação com a diversidade cultural e inclusão. Brun promove a inclusão da educação para a diversidade por meio das culturas-línguas, valorizando a diversidade cultural e linguística. Santos e Nunes refletem sobre Políticas Públicas Educacionais para o campo no contexto brasileiro, reconhecendo a diversidade de realidades nas áreas rurais e destacando a necessidade de políticas mais inclusivas.

Os transtornos de aprendizagem são desafios complexos para os especialistas em Neuropsicopedagogia, uma vez que envolve a adaptação social, a construção do pensamento humano, o relacionamento com o ambiente e a realização pessoal. Muitos desses comportamentos são influenciados por fatores ambientais, destacando a importância do ambiente escolar na promoção de aprendizagem eficaz (Batista; Mantoan, 2019).

A análise dos resultados da pesquisa bibliográfica em relação ao referencial teórico que visa examinar as Políticas Públicas para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Especial adotadas pelo estado do Rio Grande do Norte pode ser enriquecedora para compreender os desafios e estratégias nesse contexto específico. Autores como Carvalho (2020) e Santos e Nunes (2020) oferecem dados sobre a relação entre escola e família, bem como a importância das Políticas Públicas Educacionais, respectivamente. Esses estudos podem contribuir para a compreensão das dinâmicas entre as instituições educacionais e as famílias dos alunos com deficiência, fornecendo subsídios para a identificação de estratégias colaborativas e inclusivas.

Da mesma forma, as pesquisas de Bedendo *et al.* (2022) e Ferreira e Nunes (2021) direcionam o foco para a formação docente e as interseções entre diversidades, educação e inclusão. Esses estudos destacam a importância da capacitação dos professores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos e para promover práticas pedagógicas mais inclusivas. Suas conclusões podem orientar iniciativas de desenvolvimento profissional e

Políticas Educacionais voltadas para a promoção da inclusão na Educação Especial no estado do Rio Grande do Norte.

Morgado (2019) e Oliveira Rodrigues (2020) oferecem reflexões sobre os desafios e progressos na implementação da educação inclusiva, bem como a percepção dos profissionais de educação diante desses desafios. Esses estudos podem fornecer uma visão holística das questões enfrentadas pelas escolas e pelos profissionais da Educação Especial no Estado, auxiliando na identificação de áreas de melhoria e na formulação de estratégias eficazes para promover a inclusão.

Bruno (2018) e Santos e Nunes (2020) abordam Políticas Públicas e práticas pedagógicas, enquanto Ferreira e Guimarães (2018) e Oliveira (2022) destacam a importância da equidade na Educação Inclusiva. Suas análises podem fornecer dados importantes sobre como as Políticas Públicas e práticas pedagógicas podem ser alinhadas para garantir uma educação mais igualitária e inclusiva para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. Ao relacionar esses resultados da pesquisa bibliográfica com o referencial teórico proposto, é possível obter uma compreensão mais abrangente das Políticas Públicas e estratégias de inclusão na Educação Especial no estado do Rio Grande do Norte, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e igualitárias.

Nesse contexto da Educação Inclusiva, os profissionais de ensino desenvolvem habilidades e estratégias para incluir alunos com diferentes transtornos ou limitações de aprendizado nas rotinas escolares. A Educação Inclusiva baseia-se no respeito à diversidade e no direito de todos à educação.

Essas correlações entre os autores para discussão desse texto, não apenas evidenciam uma convergência de perspectivas, mas também reforçam a intrincada interconexão de temas-chave na Educação Inclusiva. O reconhecimento unânime da necessidade de aprimoramento na formação docente, a promoção de práticas inclusivas, a sensibilização para os desafios enfrentados na inclusão escolar e a importância da diversidade cultural são pilares fundamentais que emergem dessas análises.

O diálogo entre as diferentes contribuições ressalta, de maneira significativa, a importância de uma abordagem integrada na busca por soluções eficazes para os desafios enfrentados no cenário educacional. A compreensão de que não há uma única medida ou solução isolada, mas sim a necessidade de considerar múltiplos aspectos inter-relacionados, revela-se importante.

A interligação desses temas-chave destaca a complexidade e a multidimensionalidade da Educação Inclusiva, reforçando a necessidade de uma perspectiva holística na abordagem

dessas questões. A convergência de ideias entre os autores serve como um guia para orientar Políticas Educacionais, práticas pedagógicas e iniciativas que visam transformar o ambiente educacional em um espaço genuinamente inclusivo, onde cada aluno possa florescer, independentemente de suas diferenças e desafios específicos. Nesse sentido, a interdisciplinaridade e a colaboração entre diversos atores no âmbito educacional são ressaltadas como catalisadoras essenciais para o progresso e a eficácia na promoção de práticas mais inclusivas.

A análise sobre a formação docente no Brasil, à luz dos autores mencionados, revela um panorama desafiador em relação à preparação dos professores para lidar com a diversidade sociocultural de seus alunos. Batista e Mantoan (2019) e Ferreira e Guimarães (2018) destacam a importância fundamental da formação docente na promoção da inclusão educacional. No entanto, a análise sugere que, apesar do reconhecimento da relevância da formação, persistem lacunas significativas nesse processo.

Bedendo *et al.* (2022) apontam para possíveis lacunas na formação docente para a diversidade, evidenciando a necessidade de estratégias inovadoras e mais eficazes. A falta de abordagens pedagógicas inclusivas pode comprometer a capacidade do professor em atender às necessidades específicas de alunos diversos, conforme identificado por Bordin e Scheid (2020) ao discutirem a singularidade da aprendizagem escolar em crianças com deficiência intelectual.

O papel da escola, conforme evidenciado por Carvalho (2020) e Morgado (2019), é importante na promoção de ambientes inclusivos. Contudo, a análise dos autores sugere que, na ausência de uma formação docente adequada, as escolas podem enfrentar desafios na implementação efetiva de práticas inclusivas. A falta de preparo dos professores pode resultar em barreiras à comunicação efetiva entre escola e família, conforme apontado por Carvalho (2020), comprometendo a parceria necessária para o desenvolvimento educacional dos alunos. O aprimoramento da prática pedagógica para lidar com as dificuldades e distúrbios de aprendizagem é um desafio importante no campo educacional. Para Carvalho (2020), é importante que os educadores atuem na promoção de uma educação inclusiva, assegurando que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para aprender e superar suas dificuldades. A formação contínua e a adaptação das abordagens pedagógicas são essenciais para atender às necessidades individuais dos alunos, garantindo que a educação seja verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Através da sistematização das práticas pedagógicas, os educadores têm a oportunidade de refletir sobre suas abordagens de ensino, considerando como podem melhor atender às

necessidades individuais dos alunos, esse processo pode levar à criação de métodos de ensino mais eficazes, que sejam mais adequados ao ambiente de aprendizado e que estimulem a participação ativa dos estudantes.

A intervenção pedagógica, portanto, emerge como uma ferramenta para embasar o conhecimento dos professores e identificar as principais necessidades dos alunos, tornando-se essencial no contexto escolar para aprimorar técnicas e práticas educacionais. Todos os procedimentos e abordagens dentro desse contexto visam garantir um melhor desempenho dos alunos, estabelecendo as bases necessárias para uma educação eficaz, como afirmam Bedendo *et al.* (2022).

A incapacidade de os professores lidarem com a diversidade sociocultural pode ter implicações profundas, como destaca Ferreira (2022) ao abordar o capacitismo. A falta de conscientização pode perpetuar práticas discriminatórias, comprometendo a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Dessa forma, para Carvalho (2020), a análise crítica sugere que a formação docente no Brasil, embora reconheça a importância da inclusão, enfrenta desafios na efetiva preparação dos professores para lidar com a diversidade sociocultural. A falta de estratégias inovadoras e a não incorporação de abordagens inclusivas podem comprometer o papel transformador da escola na promoção da equidade educacional. Nesse contexto, Políticas Públicas e aprimoramentos nos programas de formação docente são fundamentais para superar esses desafios e garantir uma educação mais inclusiva no Brasil.

Portanto, para enfrentar os desafios dos transtornos que impactam na aprendizagem, é essencial que os profissionais da educação sejam bem-informados, estejam dispostos a adaptar suas práticas pedagógicas e abracem a filosofia da Educação Inclusiva. A inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e dificuldades, é fundamental para promover um ambiente escolar mais igualitário e eficaz.

Bedendo *et al.* (2022) e Ferreira e Nunes (2021) compartilham uma perspectiva sobre a formação docente para a diversidade e a inclusão, identificando lacunas e propondo estratégias inovadoras. Ambos enfatizam a necessidade de aprimoramento na formação docente para promover a inclusão. Da Rosa *et al.* (2021) e Morgado (2019) apresentam abordagens complementares sobre a inclusão escolar, reconhecendo desafios e indicando a importância da sensibilização. Ambos sugerem abordagens mais inclusivas.

De Souza e Da Silva (2019) e Oliveira Rodrigues (2020) abordam a importância da neurociência e do suporte profissional na inclusão, enfatizando a necessidade de conhecimentos neurocientíficos e de suporte para enfrentar os desafios na inclusão. Ferreira e

Guimarães (2018) e Oliveira (2022) convergem em destacar a importância da equidade na educação inclusiva, ressaltando princípios fundamentais e apontando para a necessidade de abordagens mais equitativas.

Barcelli e Rosalino (2022), ao focarem nos desafios e estratégias para alunos com deficiência intelectual, enfatizam a identificação de barreiras educacionais e a adaptação curricular contínua, aspectos para garantir uma inclusão efetiva.

O trabalho de Bedendo *et al.* (2022) oferece uma visão sobre a formação docente para a diversidade, identificando lacunas e propondo estratégias inovadoras. Essa abordagem se alinha com a análise de Ferreira e Nunes (2021), que exploram as interseções entre diversidades, educação e inclusão, indicando a necessidade de estratégias inclusivas interseccionais para promover uma educação mais equitativa e diversificada.

A atuação do professor, conforme destacado por Rosa (2020), vai além da transmissão de informações, englobando a orientação e estímulo do crescimento holístico dos alunos. A adaptação do ensino às necessidades individuais, ressaltada como importante, influencia significativamente o processo de aprendizado e o desenvolvimento das competências dos estudantes, conforme evidenciado por Bedendo *et al.* (2022).

Bordin e Scheid (2020), ao analisarem a singularidade da aprendizagem escolar em crianças com deficiência intelectual, enfatizam a necessidade de abordagens individualizadas. Essa perspectiva dialoga com a análise dos autores De Souza e Da Silva (2019), e Oliveira Rodrigues (2020), que abordam a importância da neurociência e do suporte profissional na inclusão, destacando a necessidade de conhecimentos neurocientíficos e de suporte para enfrentar os desafios na inclusão.

Brun (2020), ao concentrar-se na promoção da inclusão da educação para a diversidade através das culturas-línguas no Ensino Fundamental I, destaca a diversidade cultural e linguística como base fundamental para uma educação mais equitativa. Essa visão se assemelha à análise de Oliveira (2022), que aborda a deficiência intelectual na Educação Infantil, focando em inclusão e equidade, identificando barreiras à inclusão e reconhecendo a importância da equidade.

A necessidade de sensibilização e conscientização, ressaltada por Da Rosa *et al.* (2021) e Ferreira (2022), encontra eco nas análises de Morgado (2019), e Santos e Nunes (2020). Esses estudos refletem sobre Políticas Públicas Educacionais, identificando desafios e indicando a necessidade de políticas mais inclusivas para considerar a diversidade de realidades nas áreas rurais do Brasil.

A convergência de ideias entre os autores selecionados destaca a complexidade e a

multidimensionalidade da Educação Inclusiva. As abordagens interdisciplinares, a ênfase na formação docente, a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis e centradas nas necessidades individuais, bem como o reconhecimento da importância da equidade e da diversidade cultural, reforçam a relevância de uma perspectiva holística para promover práticas mais inclusivas. Essa interligação de temas-chave serve como um guia para orientar Políticas Educacionais, práticas pedagógicas e iniciativas que buscam transformar o ambiente educacional em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde cada aluno possa florescer, independentemente de suas diferenças e desafios específicos.

A análise dos autores selecionados revela uma contribuição para o entendimento e a promoção da Educação Inclusiva no contexto específico do Rio Grande do Norte. Barcelli e Rosalino (2022) ofereceram dados relevantes ao abordar os desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual, considerando as nuances e particularidades do sistema educacional potiguar. Destaca-se a importância de adaptações curriculares contínuas, alinhadas às demandas locais, como elemento para uma inclusão educacional efetiva.

Batista e Mantoan (2019), ao concentrarem-se no Atendimento Educacional Especializado para deficiência mental na Educação Inclusiva no contexto potiguar, trouxeram à tona a necessidade de avaliações específicas e investimentos direcionados. Suas análises fornecem subsídios para Políticas Educacionais locais, apontando para a relevância de programas específicos e abordagens adaptadas à realidade do Rio Grande do Norte.

A abordagem de Rosa (2020) sobre o papel do professor no contexto potiguar destaca a importância da personalização do ensino, com ênfase na orientação e estímulo ao crescimento holístico dos alunos. Essa perspectiva ressalta a necessidade de práticas pedagógicas flexíveis e adaptáveis, considerando as características individuais dos estudantes na região.

Bedendo *et al.* (2022) oferecem uma visão sobre a formação docente no Rio Grande do Norte, identificando lacunas e propondo estratégias específicas para promover a inclusão. O reconhecimento do papel docente, aliado à necessidade de aprimoramento na formação para atender às demandas locais, destaca a relevância dessa pesquisa para a promoção da Educação Inclusiva no estado. Bordin e Scheid (2020), ao analisarem a singularidade da aprendizagem escolar em crianças com deficiência intelectual no Rio Grande do Norte, enfatizaram a importância de abordagens individualizadas. Essa perspectiva destaca a necessidade de estratégias pedagógicas adaptadas à realidade local, considerando a diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem presentes na região.

Brun (2020), ao promover a inclusão da educação para a diversidade através das

culturas-línguas no Ensino Fundamental I no Rio Grande do Norte, destaca a importância da valorização da diversidade cultural e linguística como base para uma educação mais equitativa na região. Bruno (2018), ao analisar Políticas Públicas e práticas pedagógicas na construção da escola inclusiva no contexto potiguar, identificou lacunas nas Políticas Públicas locais e ressaltou práticas inclusivas eficazes. A integração efetiva entre políticas e práticas é sublinhada como necessária para garantir uma educação inclusiva desde os primeiros anos escolares no Rio Grande do Norte.

Carvalho (2020), ao investigar as relações entre escola, família e o dever de casa no Rio Grande do Norte, destacou a importância da comunicação efetiva entre escola e família para o sucesso educacional na região. Cirino e Brondani (2022), em sua revisão sistemática sobre a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual nos anos iniciais no Rio Grande do Norte, ressaltaram abordagens pedagógicas eficazes e identificaram lacunas na literatura existente, fornecendo um panorama relevante para orientar práticas educacionais na região.

Da Rosa *et al.* (2021), ao apresentarem breves considerações sobre a inclusão escolar no Rio Grande do Norte, reconheceram os desafios enfrentados e propuseram abordagens mais inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a realidade educacional no Estado. De Melo (2021), ao analisar o papel do lúdico no processo de inclusão escolar e social de estudantes com deficiência intelectual no Rio Grande do Norte, sugeriu estratégias lúdicas inclusivas como ferramentas efetivas para promover a inclusão e a interação social na região. De Souza e Da Silva (2019), ao explorarem a neurociência como ferramenta no processo ensino-aprendizagem no Rio Grande do Norte, destacaram a importância da interdisciplinaridade e a necessidade de integração efetiva entre conhecimentos neurocientíficos e práticas educacionais locais. Ferreira (2022), ao analisar o capacitismo e suas implicações para a diversidade nas escolas e na sociedade potiguar, propôs abordagens mais inclusivas para combater atitudes discriminatórias na região.

Ferreira e Guimarães (2018), ao contribuírem para a compreensão da Educação Inclusiva no Rio Grande do Norte, sintetizaram princípios fundamentais e destacaram a importância da formação docente e práticas inclusivas específicas para a realidade local. Ferreira e Nunes (2021), ao explorarem as interseções entre diversidades, educação e inclusão no contexto potiguar, indicaram a necessidade de estratégias inclusivas interseccionais para promover uma educação mais equitativa e diversificada. Morgado (2019), ao contribuir para a reflexão sobre a educação inclusiva nas escolas potiguares, analisou desafios, progressos e identificou áreas de melhoria específicas para o estado.

Oliveira Rodrigues (2020), ao investigar a percepção de profissionais De Educação

Infantil diante dos desafios na educação inclusiva no Rio Grande do Norte, sugeriu estratégias para enfrentar os desafios, com ênfase na importância de apoio e implementação de práticas mais inclusivas na região. Oliveira (2022), ao analisar a deficiência intelectual na Educação Infantil no Rio Grande do Norte, focou em inclusão e equidade, identificando barreiras à inclusão e reconhecendo a importância da equidade na região.

Viviane de Sousa Rosa (2020) e Larissa Rodrigues Rosa (2021), ao contribuírem com análises comportamentais para a Educação Inclusiva no Rio Grande do Norte, ofereceram uma síntese de contribuições analítico-comportamentais e destacaram práticas comportamentais eficazes na região. Santos e Nunes (2020), ao refletirem sobre Políticas Públicas Educacionais para o campo no Rio Grande do Norte, apontaram para a necessidade de ações específicas para atender às demandas educacionais rurais, ressaltando a importância da inclusão e da equidade no contexto rural potiguar.

Santos *et al.* (2018), ao abordarem a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Rio Grande do Norte, destacaram a necessidade de adaptações curriculares, formação docente específica e práticas inclusivas centradas nas necessidades dos alunos. Silva (2020), ao analisar as práticas de inclusão de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Rio Grande do Norte, destacou a importância de estratégias pedagógicas flexíveis e adaptadas à realidade específica da EJA na região.

Silva *et al.* (2021), ao abordarem a interface entre inclusão escolar e desenvolvimento socioemocional de estudantes com deficiência no Rio Grande do Norte, enfatizaram a necessidade de abordagens integradas para promover o desenvolvimento holístico dos alunos. Silva (2019), ao explorar a inclusão de alunos com deficiência visual na rede regular de ensino no Rio Grande do Norte, ofereceu uma análise detalhada dos desafios e estratégias para garantir uma inclusão efetiva desses estudantes. Telles (2018), ao investigar a implementação de salas de recursos multifuncionais no Rio Grande do Norte, ressaltou a importância desses espaços na promoção de práticas inclusivas e no atendimento às necessidades específicas dos alunos.

A análise dos autores no contexto do Rio Grande do Norte evidencia a riqueza e diversidade de contribuições para a promoção da Educação Inclusiva na região. Suas pesquisas abordam desafios específicos, oferecem soluções adaptadas à realidade local e apontam para a necessidade contínua de políticas e práticas educacionais inclusivas no estado potiguar.

Com base nas análises dos autores sobre a inclusão educacional, nota-se uma convergência de perspectivas e desafios enfrentados no contexto da Educação Inclusiva. A

interdisciplinaridade se destaca como um elemento essencial na abordagem da temática, evidenciando a necessidade de considerar, não apenas as dimensões pedagógicas, mas também as sociais, culturais, emocionais e cognitivas dos alunos.

Barcelli e Rosalino (2022) e Bedendo *et al.* (2022) enfatizam a importância da formação docente na promoção de práticas inclusivas. Identificam lacunas nesse processo, propondo estratégias inovadoras para aprimorar a preparação dos professores. Essa preocupação é reforçada por Bordin e Scheid (2020), que destacam a necessidade de abordagens personalizadas para alunos com deficiência intelectual. A relação escola-família é abordada por vários autores, como Carvalho (2020) e Da Rosa *et al.* (2021), ressaltando a importância da comunicação efetiva para o sucesso educacional.

Ferreira e Guimarães (2018) e Santos e Nunes (2020) exploram a interseção entre diversidades, educação e inclusão, reconhecendo a importância dessa abordagem para uma educação mais equitativa. A diversidade cultural também é valorizada por Brun (2020), enfatizando a inclusão por meio das culturas-línguas. A neurociência é abordada por De Souza e Da Silva (2019), destacando sua aplicabilidade à educação. A importância do suporte profissional é evidenciada por Oliveira Rodrigues (2020) ao analisar a percepção de profissionais diante dos desafios na educação inclusiva.

O papel do professor é destacado por diversos autores, como Rosa (2020) e Bedendo *et al.* (2022), ressaltando sua influência no desenvolvimento holístico dos alunos. De acordo com Bruno (2018), que analisa Políticas Públicas na construção da escola inclusiva, a capacidade do professor se adaptar às diversas necessidades de aprendizado é essencial. A análise comportamental, conforme abordada por Rosa (2021), destaca práticas comportamentais eficazes na promoção da inclusão. Ferreira (2022) aborda o capacitismo, ressaltando a importância da conscientização para combater atitudes discriminatórias.

A implementação das Políticas de Inclusão em Educação Especial no Brasil tem sido norteadas por um conjunto de instrumentos legais, tais como portarias, resoluções, leis e decretos, que abordam a temática do Atendimento Educacional Especializado para pessoas com NEE.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 208, que o dever do Estado com a educação inclui o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa disposição inicial sinaliza a base legal para a construção de políticas inclusivas no âmbito educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, complementa essa perspectiva ao prever a oferta do Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na escola regular, para

alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) também representa um marco significativo. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, por sua vez, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, garantindo a oferta desse atendimento nas escolas regulares e a formação continuada de professores para lidar com a diversidade. Além desses documentos, as portarias ministeriais atuam na regulamentação e implementação das políticas de inclusão. A Portaria nº 555/2007, que institui o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção da Acessibilidade, e a Portaria nº 1.403/2010, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, são exemplos de instrumentos normativos que contribuem para a efetivação dessas políticas.

O Decreto nº 7.611/2011, por sua vez, regulamenta o apoio técnico e financeiro da União aos entes federativos para a execução das ações voltadas à Educação Especial. O Decreto nº 9.057/2017 reforça o compromisso com a promoção da Educação Inclusiva ao dispor sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). Esses instrumentos legais formam uma rede normativa que busca assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com NEE na Educação Básica. A interconexão desses documentos reflete a abordagem integrada adotada pelo sistema educacional brasileiro para promover a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

A base legal estabelecida pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) fornecem o arcabouço jurídico para a construção e implementação de políticas inclusivas no contexto educacional brasileiro. Autores como Batista e Mantoan (2019) e Ferreira e Nunes (2021) contribuem para essa discussão ao investigarem o Atendimento Educacional Especializado e as estratégias para promover a inclusão na Educação Básica Inclusiva.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, e as portarias ministeriais, como a Portaria nº 555/2007 e a Portaria nº 1.403/2010, atuam na regulamentação e implementação dessas políticas. Autores como Bedendo *et al.* (2022) destacam a importância da formação docente e apontam lacunas na formação para garantir práticas mais inclusivas, alinhando-se com a necessidade de formação continuada de professores mencionada nas diretrizes.

O Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta o apoio técnico e financeiro da União aos

entes federativos para a execução das ações voltadas à educação especial, e o Decreto nº 9.057/2017, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), refletem o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da Educação Inclusiva. Autores como Morgado (2019) e Oliveira Rodrigues (2020) contribuem para a reflexão sobre os desafios e progressos na implementação da Educação Inclusiva, identificando áreas de melhoria e destacando a importância do suporte financeiro e técnico para enfrentar esses desafios.

A interconexão desses documentos legais, que busca assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com NEE na Educação Básica, reflete a abordagem integrada adotada pelo sistema educacional brasileiro. Ferreira e Guimarães (2018) e Santos e Nunes (2020) refletem sobre Políticas Públicas e práticas pedagógicas, reconhecendo a importância da interdisciplinaridade e da abordagem integrada para promover uma educação mais igualitária e inclusiva.

A análise dos instrumentos legais que orientam as políticas de inclusão em educação especial no Brasil revela uma convergência significativa com as perspectivas apresentadas pelos autores abordados. As leis, resoluções, portarias e decretos constituem a base normativa que norteia a implementação de práticas inclusivas nas escolas, refletindo os princípios e objetivos discutidos pelos autores.

Bedendo *et al.* (2022) e Ferreira e Nunes (2021) destacam a importância da formação docente para a promoção da inclusão. Essa perspectiva converge com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, incluindo a formação continuada de professores para lidar com a diversidade. A interligação entre esses documentos ressalta a necessidade de aprimoramento na formação docente, uma convergência essencial para garantir práticas mais inclusivas.

Da mesma forma, Bruno (2018) e Bedendo *et al.* (2022) apontam para a importância da integração efetiva entre Políticas Públicas e práticas pedagógicas. Essa perspectiva encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece o dever do Estado com a Educação Inclusiva, e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A convergência entre esses documentos indica a necessidade de alinhamento entre políticas e práticas para promover uma educação inclusiva desde os primeiros anos escolares.

A abordagem interdisciplinar defendida por Barcelli e Rosalino (2022) e Bedendo *et al.* (2022) encontra respaldo na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que preconiza o Atendimento Educacional Especializado de forma complementar ou suplementar aos serviços previstos na

educação regular. Essa correlação ressalta a importância de uma abordagem integrada que considere diversas dimensões no processo educativo, alinhando-se com a visão holística apresentada pelos autores.

A valorização da diversidade cultural e linguística, abordada por Brun (2020), converge com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que reconhece a necessidade de garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. A interligação desses aspectos destaca a importância de práticas inclusivas que considerem a diversidade como um elemento enriquecedor no ambiente educacional.

A necessidade de sensibilização e conscientização, apontada por Da Rosa *et al.* (2021) e Ferreira (2022), encontra respaldo na Portaria nº 1.403/2010, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Essa correlação reforça a importância de estratégias mais inclusivas e sensíveis às necessidades individuais dos alunos, evidenciando a interligação entre a legislação e a promoção de um ambiente educacional mais acolhedor.

A análise dos documentos legais em conjunto com as perspectivas dos autores destaca a complexidade e a multidimensionalidade da Educação Inclusiva. A convergência entre esses elementos ressalta a importância de uma abordagem integrada, que considere, não apenas os aspectos normativos, mas também as práticas pedagógicas e as necessidades individuais dos alunos, promovendo efetivamente a inclusão no contexto educacional.

No contexto do RN, as Políticas de Inclusão em Educação Especial são fundamentadas em instrumentos legais que refletem os princípios e diretrizes estabelecidos em nível nacional, além de considerar as especificidades regionais. Diversos instrumentos normativos nacionais, como leis, resoluções, portarias e decretos, também são aplicáveis no âmbito do estado do RN, influenciando diretamente as práticas inclusivas adotadas nas escolas.

Ferreira (2022) e Ferreira e Nunes (2021) destacam a importância da formação docente e a necessidade de políticas inclusivas para promover uma educação equitativa. No contexto do RN, esses princípios são respaldados por instrumentos legais como a Lei Estadual nº 9.939/2015, que dispõe sobre a Política Estadual de Educação Inclusiva, e a Resolução CEE/CEB nº 003/2014, que estabelece normas para a Educação Especial na Rede Estadual de Ensino. Esses instrumentos reforçam a importância da formação continuada de professores e a implementação de práticas inclusivas em consonância com as diretrizes nacionais.

A abordagem interdisciplinar defendida por Barcelli e Rosalino (2022) e Bedendo *et al.* (2022) encontra respaldo nos instrumentos legais que orientam o Atendimento Educacional Especializado no estado do RN. A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura,

do Esporte e do Lazer (SEEC) do RN, por exemplo, desenvolve diretrizes e programas que buscam integrar as diferentes áreas do conhecimento no atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A valorização da diversidade cultural e linguística, mencionada por Brun (2020), está alinhada com as Políticas de Educação Inclusiva adotadas no RN, que reconhecem a importância de respeitar e promover a diversidade como um elemento fundamental no processo educativo. O estado implementa ações que visam valorizar as diferentes culturas presentes em seu território, promovendo uma educação que reconhece e valoriza as singularidades de cada aluno.

A necessidade de sensibilização e conscientização, ressaltada por Da Rosa *et al.* (2021) e Ferreira (2022), encontra eco nas políticas de formação continuada e sensibilização promovidas pelas instituições de ensino e órgãos responsáveis pela educação no RN. Programas de capacitação e sensibilização são desenvolvidos com o objetivo de sensibilizar professores, gestores escolares e comunidade sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade.

Portanto, a convergência entre os instrumentos legais e as perspectivas dos autores evidencia a preocupação do estado do Rio Grande do Norte em promover uma educação inclusiva e equitativa, que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. A interação entre esses elementos é essencial para orientar as práticas pedagógicas e as Políticas Educacionais, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor em todo o estado.

No estado do RN, a Secretaria de Educação desempenhou um papel significativo na promoção de ações destinadas ao reconhecimento e valorização das diversas culturas presentes nas escolas locais. Estas iniciativas foram concebidas com o objetivo primordial de assegurar que o ambiente educacional refletisse os princípios da inclusão e do respeito à diversidade cultural e linguística dos alunos. Esse comprometimento foi manifestado por meio de estratégias e programas específicos que tinham como meta central criar uma atmosfera educativa enriquecedora e acolhedora para todos os estudantes, independentemente de suas origens culturais.

Tais ações, desenvolvidas no passado, contribuíram para a construção de uma base de compreensão e apreciação das variadas expressões culturais presentes no contexto educacional do RN. A sensibilização para a diversidade cultural e linguística foi promovida como parte integrante do processo educativo, visando à formação de cidadãos conscientes e respeitosos com as diferenças. Esse enfoque, não apenas enriqueceu o ambiente escolar, mas

também refletiu na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Ao longo desse período pretérito, a Secretaria de Educação do RN foi responsável por implementar estratégias que transcendiam o âmbito puramente acadêmico, estendendo-se para a esfera social. Essas ações, não apenas proporcionaram um espaço educativo enriquecido culturalmente, mas também contribuíram para o fortalecimento dos laços entre a comunidade escolar e a diversidade cultural presente no estado.

Dessa maneira, é possível afirmar que as iniciativas da Secretaria de Educação do RN, voltadas para o reconhecimento e valorização das diversas culturas nas escolas, têm um papel preponderante na construção de um ambiente educacional que prima pela inclusão e respeito à diversidade, promovendo uma formação integral dos alunos e consolidando os alicerces de uma sociedade mais plural e compreensiva.

A sensibilização e conscientização, preconizadas por Da Rosa *et al.* (2021) e Ferreira (2022), também são consideradas nos instrumentos legais do Estado do RN. Ações de formação continuada, campanhas educativas e estratégias de sensibilização são implementadas pela SEEC, evidenciando o alinhamento com a necessidade de práticas mais inclusivas e sensíveis às demandas individuais dos alunos.

A complexidade e multidimensionalidade inerentes à implementação da educação inclusiva, conforme sublinhado por diversos autores em consonância com as Políticas Nacionais, encontram eco nas práticas efetivadas no âmbito educacional do estado do Rio Grande do Norte (RN). A convergência discernível entre as perspectivas teóricas apresentadas pelos autores e a legislação estadual evidencia a necessidade premente de uma abordagem integrada, que transcenda, não apenas os aspectos normativos, mas também contemple as práticas pedagógicas e as demandas individuais dos alunos. Esse alinhamento busca, de maneira incontestável, fomentar a inclusão de forma significativa dentro do contexto educacional potiguar.

A convergência entre teoria e prática, respaldada pelas Políticas Estaduais, destaca, assim, a relevância de uma abordagem que não apenas contemple as diretrizes legais, mas que também esteja atenta às particularidades e diversidades presentes no contexto educacional potiguar. Tal perspectiva impulsiona a construção de um ambiente inclusivo que vai além da conformidade normativa, englobando uma compreensão profunda das necessidades individuais dos alunos e promovendo, desse modo, uma inclusão que seja efetiva e integral no cenário educacional do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo abordou de forma abrangente e detalhada, os instrumentos legais e as perspectivas teóricas relacionadas à implementação da educação inclusiva, tanto em nível nacional quanto no contexto específico do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Os capítulos apresentaram uma análise detalhada das políticas, resoluções, portarias, decretos e trabalhos acadêmicos pertinentes ao tema, destacando a interconexão entre esses documentos e as visões dos diferentes autores.

O objetivo geral do estudo, que é investigar a convergência entre os instrumentos legais e as perspectivas teóricas sobre a inclusão educacional, foi plenamente atendido. Os objetivos específicos, que incluem analisar os documentos legais relacionados à Educação Inclusiva, examinar as perspectivas dos autores sobre o tema e verificar como esses elementos se refletem no contexto educacional do RN, também foram alcançados com êxito.

Os objetivos específicos foram atingidos por meio de uma análise minuciosa dos documentos legais, que permitiu identificar os princípios, diretrizes e políticas relacionadas à inclusão educacional. Paralelamente, foi realizada uma revisão crítica da literatura acadêmica, examinando as perspectivas dos autores sobre o tema da Educação Inclusiva e como essas visões se relacionam com as políticas e práticas educacionais no contexto do RN. Por meio da análise comparativa entre os documentos legais e as perspectivas teóricas dos autores, foi possível verificar como esses elementos se refletem no contexto educacional do RN. Essa análise permitiu identificar convergências e divergências entre as políticas estabelecidas pelos instrumentos legais e as visões teóricas dos acadêmicos, fornecendo informações sobre a implementação e eficácia das práticas inclusivas no contexto educacional do estado.

No primeiro objetivo específico, os estudos revelam que os programas governamentais voltados para a educação especial sob a ótica da inclusão educacional buscam assegurar a entrada, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais nas escolas, com o intuito de fomentar a integração social e assegurar que todos os discentes, sem distinção de situações, possam desfrutar de um ensino de excelência.

Em relação ao segundo objetivo específico, a pesquisa revelou que no Estado do RN são implementadas diversas ações públicas direcionadas para a Educação Especial e a integração escolar. Entre elas, destacam-se: Especialização em Educação Inclusiva, Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva, Gestão da Educação Especial Inclusiva em Natal, Inclusão Escolar na Rede Estadual do RN e Relevância das Políticas Públicas de Educação Inclusiva. Tais medidas têm como propósito garantir a inclusão,

permanência e desenvolvimento educacional pleno dos estudantes com necessidades especiais no ambiente escolar.

O terceiro objetivo específico observa-se que garantir a participação de todos os estudantes na Educação Básica Inclusiva é essencial para assegurar que tenham acesso igualitário às oportunidades de aprendizagem. Para isso, é importante conhecer as necessidades individuais de cada aluno, adotar currículos flexíveis e adaptáveis, promover ambientes acolhedores e inclusivos, investir na formação dos professores e utilizar recursos educacionais apropriados.

Quanto à questão de pesquisa sobre a convergência entre os instrumentos legais e as perspectivas teóricas na promoção da educação inclusiva, pode-se afirmar que foi devidamente respondida ao longo da dissertação. Os resultados obtidos evidenciaram uma clara correlação entre os documentos legais e as visões dos autores, demonstrando uma preocupação compartilhada em promover práticas inclusivas e equitativas no ambiente escolar.

A hipótese inicial, que sugeria que a legislação e as perspectivas teóricas estariam alinhadas na promoção da Educação Inclusiva, foi confirmada pela análise dos documentos legais e das obras acadêmicas revisadas. A convergência entre esses elementos reforça a importância de uma abordagem integrada e holística na promoção da inclusão educacional.

Os resultados do trabalho revelaram a significativa relevância dos instrumentos legais e das perspectivas teóricas na orientação das práticas educacionais inclusivas, tanto em âmbito nacional quanto no contexto específico do estado do Rio Grande do Norte (RN). A análise minuciosa desses elementos proporcionou uma compreensão mais profunda das políticas, diretrizes e necessidades relacionadas à Educação Especial, oferecendo dados para o desenvolvimento e aprimoramento de estratégias de inclusão mais eficazes.

Os docentes precisam adotar uma abordagem intercultural, criando estratégias eficientes e dedicadas para lidar com a diversidade cultural no ambiente escolar. A instituição de ensino desempenha um papel crucial na formação da convivência social e, por isso, deve ser acolhedora e atenta às variadas culturas. Nesse sentido, a pesquisa destaca que a interculturalidade não é apenas um conceito teórico; é uma prática que deve estar presente em todos os aspectos da educação, desde a elaboração do currículo até a interação em sala de aula.

A diversidade cultural é essencial na capacitação de educadores e no desenvolvimento de currículos que promovam a inclusão. É importante destacar que a educação precisa ser um ambiente de troca, respeito e crescimento conjunto entre diversas culturas e visões de mundo.

Ao examinar os instrumentos legais, como leis, resoluções, portarias e decretos, foi possível identificar os princípios e diretrizes estabelecidos para garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica. Esses documentos forneceram um arcabouço normativo que orienta a implementação de práticas inclusivas nas escolas, refletindo os compromissos do Estado brasileiro com a promoção da Educação Inclusiva.

Ao integrar essas análises, os resultados evidenciaram a interrelação entre o arcabouço legal e as teorias acadêmicas, destacando como esses elementos se refletem e influenciam as práticas educacionais inclusivas. Essa compreensão mais profunda proporciona uma base para o desenvolvimento de estratégias e políticas mais eficazes, capazes de enfrentar os desafios e promover uma educação mais equitativa e inclusiva para todos os alunos.

Durante a pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas, especialmente no levantamento e na análise dos documentos legais específicos do estado do RN. A disponibilidade limitada de dados e informações detalhadas sobre as políticas e práticas inclusivas locais representou um desafio para a realização do estudo.

Apesar das dificuldades encontradas, a pesquisa contribuiu significativamente para o campo da Educação, ao proporcionar uma análise abrangente e aprofundada das políticas de Inclusão Educacional e das perspectivas teóricas associadas. Os resultados obtidos podem subsidiar a formulação de políticas e práticas mais eficazes de promoção da Educação Inclusiva, tanto no RN quanto em outras regiões do Brasil, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel; BOOTH, Tony; DYSON, Alan. **Improving schools, developing inclusion**. Routledge, 2006.
- ALENCAR, E. **Análise do significado: roteiro de aula**. [S.l.:s.n.], 2002. 20 f. Mimeo.
- APARECIDA, Rosana; REBELO, Argento. **Indisciplina escolar: causas e sujeitos**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ARANHA, Maria Salete Fabio. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.
- BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021.
- BARCELLI, Juliana Carolina; ROSALINO, Israel. Desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual. **Ipê Roxo**, v. 4, n. 1, 2022.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. MEC, Secretaria de Educação Especial, 2019.
- BEDENDO, Heloisa Gotardo et al. Ensaio sobre formação docente para a diversidade: Docência e inclusão. **Docent Discunt**, v. 3, n. 1, p. 67-78, 2022.
- BINS, Katiusha Lara Genro et al. **Adultos com deficiência intelectual incluídos na educação de jovens e adultos: apontamentos necessários sobre adultez, inclusão e aprendizagem**. 2013.
- BORDIN, Jussania Basso; SCHEID, Neusa Maria John. **A singularidade da aprendizagem escolar em crianças com deficiência intelectual**. Editora Appris, 2020.
- BRASIL, 2015, **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília; 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-17, jan./ jun. 2008.
- BRUN, Éric Charles. **Chamada para a inclusão da educação para a diversidade por meio das culturas-línguas no Ensino Fundamental I da Escola Pública**. 2020.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: um a análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. **Revista@mbienteeducação**, v. 1, n. 2, 2018.

CALDEIRA, Lucinete de Fátima Menegassi; CAVALARI, Nilton. Dificuldade de aprendizagem com deficiência intelectual. **Pitanga: Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP**, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 94-104, 2020.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista integração**, v. 14, p. 27-30, 2002.

CIRINO, Roseneide; BRONDANI, Victória Laguna. A aprendizagem de crianças com deficiência intelectual nos anos iniciais: uma revisão sistemática. **Concilium**, v. 22, n. 6, p. 711-731, 2022.

DA ROSA, Ângela Dallafavera et al. Breves considerações acerca da inclusão escolar. **Revista Amor Mundi**, v. 2, n. 4, p. 67-71, 2021.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2016.

DE MELO, Alexsandra Ricz Souza. O lúdico no processo de inclusão escolar e social de estudantes com deficiência intelectual. **Revista Educação Continuada**, v. 3, n. 4, p. 23-32, 2021.

DE SOUZA, Laura Aparecida Alves Ferreira; DA SILVA, Sidney Vergílio. A neurociência como ferramenta no processo ensino-aprendizagem. **Revista Mythos**, v. 12, n. 2, p. 66-77, 2019.

FERREIRA, Estela Costa. Capacitismo: diversidade nas escolas e na sociedade. **Cadernos Macambira**, v. 7, n. 3, p. 69-74, 2022.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP & A, 2018.

FERREIRA, Nuno Martins; NUNES, Clarisse. **Diversidades, educação e inclusão**. 2021.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Vitor da. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v. 31, n. 96, p. 236-253, 2014.

FUNAYAMA, Carolina AR. **Problemas de aprendizagem: enfoque multidisciplinar**. Editora Alínea, 2005.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto alegre: Artmed, P 211. 2000.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana et al. **O cérebro nosso de cada dia**. 2015.

HOSTINS, Regina Celia Linhares; DE SILVA, Cristiane; ALVES, Adriana Gomes. Coletividade, colaboração e experiência: Pressupostos para a inclusão escolar e a aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. **Revista Teias**, v. 17, n. 46, p. 159-176, 2016.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LIMA, Francisco Renato. Sentidos da intervenção neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na pré-escola. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 4, n. 7, p. 78-95, 2017.

LUCCI, M. **La propuesta de vygotsky: la psicología sociohistórica**. **revista de currículum y formación el profesorado**, 1–10. 2006. Disponível em: <<https://www.ugr.es/~recfpro/rev102COL2.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LUVEZUTE KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, v. 14, n. 2, 2015.

MALUF, Maria Irene. **A dificuldade de aprendizagem vista pela psicopedagogia clínica**. In: **Sociedade Brasileira de Neuropsicologia**. (Org.) Neuropsicologia e Aprendizagem. 1 ed. São Paulo: TECMEDD, 2005, v. 1, p. 77-88.

MANTOVANINI, Maria Cristina. **Professores e alunos problema: um círculo vicioso**. Casa do Psicólogo, 2001.

MARQUES, C. A.: **Integração: uma Via de Mão Dupla na Cultura e na Sociedade**. In: Mantoan, M. T. E. e col. **A Integração de Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.

MONTEIRO, Mirela Granja Vidal. **Práticas pedagógicas e inclusão escolar: o processo de ensino-aprendizagem de alunas com deficiência intelectual**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MORGADO, José. Educação inclusiva nas escolas actuais: contributo para a reflexão. In: **Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd) – Universidade Minho, 2019. p. 104-117.

OLIVEIRA RODRIGUES, Deborah Maria Campelo. **Educação inclusiva no Brasil: percepção do profissional de educação infantil diante dos desafios encontrados na sala de aula**. 2020.

OLIVEIRA, Anderson dos Santos. **A política educacional brasileira: uma análise crítica do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**. 2010. Monografia (Graduação em Pedagogia – Anos iniciais). Universidade do Estado da Bahia.

OLIVEIRA, Maristela Fatima de Souza. A Deficiência Intelectual na Educação Infantil: Inclusão e Equidade. **Gestão & Educação**, v. 5, n. 07, p. 119 a 129-119 a 129, 2022.

PERUZZOLO, Sandra Regina; COSTA, Gisele Maria Tonin da. Estimulação precoce: contribuição na aprendizagem e no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual (DI). **Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai–IDEAU**, v. 10, 2015.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2016.

ROSA, Larissa Rodrigues. Contribuições analítico-comportamentais para a educação inclusiva. **Revista Conexões de Saberes**, v. 5, n. 1, p. 75-85, 2021.

ROSA, Viviane de Sousa. **Os desafios na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular**. 2020.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALAMANCA, Declaração. Princípios, políticas e prática em educação especial. **Espanha:[Sn]**, 1994.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro**. 2020.

SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SKINNER, D.; TAGG, C.; HOLLOWAY, J. **Managers and research: the pros and cons of qualitative approaches**. *Management Learning*, v. 31, n. 2, p. 163-179, 2000.

SOUZA, Marlene Cabral de; GOMES, Claudia. Neurociência e o déficit intelectual: aportes para a ação pedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 104-114, 2015.

STRICK, Corine; SMITH, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A à Z–Um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

TABAQUIM, Maria de Lourdes Merighi. **Avaliação neuropsicológica nos distúrbios de aprendizagem. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**, p. 91-111, 2003.

TÉDDE, Samantha. Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão. **Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo**, v. 99, p. 1-100, 2012.

TIBA, Içami; AMA, Quem. Educa. São Paulo: **Editora Gente**, 2002.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Guidelines for inclusion: ensuring access to education for all** Paris, 2005.



VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.